

Juliano Bohrer da Rosa

FATORES DE SUCESSO DE ASSOCIAÇÕES ATLETICAS DO VALE DO TAQUARI

Monografia apresentada na disciplina de Estágio Supervisionado, na linha de formação específica em Ciências Contábeis, do Centro Universitário Univates, como parte da exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Júlio César Borghetti

Lajeado, Novembro de 2015.

Juliano Bohrer da Rosa

FATORES DE SUCESSO DE ASSOCIAÇÕES ATLETICAS DO VALE DO TAQUARI

A Banca Examinadora abaixo aprovou a Monografia apresentada na Disciplina de Estagio Supervisionado na linha de formação específica do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Júlio César Borghetti – Orientador

Centro Universitário UNIVATES

Prof.

UNIVATES

Prof.

UNIVATES

Lajeado, Novembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por sempre ser parte fundamental em todos os instantes da minha vida e me guiar pelos caminhos corretos em todos os momentos.

A todos que fizeram parte desta caminhada que foi muito árdua e longa. Aos meus pais por muitas vezes não terem a devida atenção que mereciam, as minhas irmãs as quais deixei de lado por muitos finais de semana e aos meus sobrinhos amados que não pude dar o afago que merecem.

A minha esposa, dizer a ela que foi parte principal desta conquista é muito pouco, pois ela foi durante esta trajetória o pilar dos fundamentos para a “Construção desta obra”, sem ela ao meu lado não teria sido possível. Também agradecer a nossa filha Lívia que me dá ânimo para continuar todos os dias.

Enfim a todos os familiares, amigos e colegas de trabalho que sempre com muito incentivo buscaram me ajudar e me apoiar nesta caminhada.

Agradecer aos grandes mestres da UNIVATES que sempre estavam à disposição para nos transmitir os seus conhecimentos sem medir esforços em especial ao professor Julio Cesar Borghetti pelo esforço empenhado junto a mim nas minhas orientações.

E por fim dizer que somente quem consegue chegar ao final de um longo caminho como é o da Faculdade percebe o quanto ele é difícil e ao mesmo tempo dignificante e gratificante. Hoje me sinto ainda mais responsável e apto a galgar mais degraus nesta vida que é feita de desafios.

“Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra! Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso”.

Charles Chaplin.

RESUMO

As Associações Atléticas que também compõem o chamado Terceiro Setor, são organizações de relevância para a sociedade, compreendendo algumas áreas que o governo não consegue atuar com eficiência. Elas desejam promover dentre vários fatores o Lazer e o entretenimento bem como formas de promoção à saúde. Este trabalho procurou compreender através de uma pesquisa de campo nas Associações Atléticas de municípios do Vale do Taquari quais são os fatores que as tornam Organizações de Sucesso e como elas podem se organizar para uma melhor gestão de eventos e promoções organizados aos seus Associados. A pesquisa ocorreu a partir de um questionário que foi proposto aos membros da Diretoria/Administradores destas Associações e alguns de seus Associados. As Associações escolhidas estão localizadas em dois dos municípios do Vale do Taquari: Estrela e Teutônia. Este setor, que é capaz de movimentar o mercado de bens de consumo e serviços através de seu trabalho de voluntariado sem com isso obter lucro para distribuição, pois nem o pode fazer, é um dos responsáveis por fazer com que famílias se sintam parte de um grupo, de uma vivência em sociedade. Antes, porém da pesquisa propriamente dita foi desenvolvido um trabalho de pesquisa bibliográfica e de legislação, a fim de verificar como o setor é constituído, como a legislação trata estas Associações e como estas são inseridas no terceiro setor. Os resultados obtidos, porém foram derivados das opiniões dos pesquisados que, após analisadas e tabuladas deram origem aos resultados que foram apresentados em forma de tabelas e gráficos. Deste modo foi possível identificar como alguns dos Fatores de Sucesso a frequência dos sócios nas Associações, os eventos realizados, os pontos positivos e negativos, questões referentes a sua estrutura física, entre outros.

Palavra-chave: Terceiro Setor, Fatores de sucesso, Associações Atléticas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Numero de fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos – Brasil 2005.	17
Figura 2 – Impostos por competência em cada esfera de Governo.	29
Figura 3 – Ordenamento Jurídico das leis.	30
Figura 4 – Exemplos de Isenção para Entidades Sem Fins Lucrativos	31
Figura 5 – Tramite do projeto junto ao Ministério do Esporte.....	35
Figura 6 - Tempo de Associado por entidade pesquisada.	53
Figura 7 - Frequência na organização de eventos aos Associados	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tempo à frente a Direção da Associação	53
Tabela 2 – Frequência na sede da Associação	54
Tabela 3 – Melhorias no atendimento do ecônomo	55
Tabela 4 – Fator de maior Sucesso na questão Lazer aos Associados	58
Tabela 5 – Lazer segundo os Associados x Dirigentes.....	59
Tabela 6 – Pontos Positivos e Pontos Negativos segundo os Associados de “A”	61
Tabela 7 – Pontos Positivos e Pontos Negativos segundo os Associados de “B”	63
Tabela 8 – Pontos Positivos e Pontos Negativos segundo os Associados de “C”	64
Tabela 9 – Fator de Sucesso segundo os Associados x Dirigentes	65
Tabela 10 - Fator de Sucesso menos importante – Associados x Dirigentes	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos	12
1.1.1 Objetivos Gerais	12
1.1.2 Específicos	12
1.2 Delimitação	13
1.3 Relevância do estudo	13
2 REFERENCIAL TEORICO.....	15
2.1 O Terceiro Setor	15
2.1.1 Subdivisões do Terceiro Setor.....	19
2.1.1.1 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	20
2.1.1.2 Associações Cíveis	20
2.1.1.3 Fundações	21
2.1.1.4 Organizações Religiosas	21
2.1.1.5 Organizações Sociais	22
2.1.1.6 Partidos Políticos	22
2.2 Contabilidade.....	23
2.2.1 Normas Brasileiras de Contabilidade para o terceiro setor	25
2.2.2 Obrigações Fiscais	27
2.2.2.1 Imunidade	28
2.2.2.2 Isenção	29
2.2.3 Obrigações acessórias	31

2.2.3.1 Declaração de Débitos e Créditos Tributários - DCTF	32
2.2.3.2 Escrituração Contábil Fiscal - ECF.....	32
2.2.3.3 CSLL, COFINS e PIS/Pasep	33
2.2.3.4 Relação Anual de Informações Sociais – RAIS	33
2.3 Lei de Incentivo ao Desporto	34
2.4 Associações	36
2.4.1 Perfis das Associações	36
2.4.2 Roteiro para constituição e registro de Associações.....	37
2.4.3 Documentação exigida pelo Cartório de Registro Civil.....	39
2.5 Prestação de contas de Organizações do Terceiro Setor	39
2.6 Controles internos	40
2.7 O Lazer nas Associações Atléticas	42
2.8 Estudos Relacionados.....	43
 3 METODO.....	 45
3.1 Tipos de pesquisa.....	45
3.1.1 Abordagem quanto aos fins ou objetivos	45
3.1.2 Procedimentos e meios de pesquisa	46
3.1.3 Abordagem qualitativa e quantitativa.....	47
3.2 Coleta de dados.....	48
3.3 Análise dos dados.....	48
3.4 Limitações do método	49
3.5 Tratamento dos dados.....	49
 4 APRESENTAÇÃO E ANALISE DOS DADOS	 50
4.1 Descrição das Entidades pesquisadas	50
4.2 Retorno dos Diretores/Administradores	51
4.3 Diretores x Associados	52
4.3.1 Tempo de Associado x Tempo na Direção das Associações	52
4.4 Frequência dos sócios nas Associações x melhoria no atendimento do ecônomo x eventos.....	54
4.5 Fatores de Sucesso na questão Lazer – Associados e Dirigentes.....	58
4.5.1 Classificação do Lazer segundo os Associados x Dirigentes	59
4.6 Pontos Positivos e Pontos Negativos segundo os Associados	60

4.7 Fator de Sucesso segundo Opinião dos Associados x Dirigentes	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERENCIAS.....	74
APENDICES	78

1 INTRODUÇÃO

O termo Terceiro Setor no Brasil é utilizado para definir as entidades sem fins lucrativos que tem um caráter não governamental e que ainda conta com trabalhos voluntários de caridade e cidadania. Conforme Delgado (2014 - Texto digital) em nosso país é algo relativamente novo, pois apareceu com mais frequência somente na década de 1990. As Associações que, segundo Scheunemann e Rheinheimer (2013, p. 56) compõem 70% do chamado Terceiro Setor, foi o objeto de análise do presente trabalho.

Foram abordados para fins de compreensão temas referentes ao Terceiro setor suas Subdivisões, a Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, a Lei de incentivo ao Desporto, a Prestação de contas para algumas entidades do Terceiro Setor, breves comentários sobre Controles internos para estas Entidades, Estudos Relacionados ao tema desta pesquisa, o Lazer nas Associações Atléticas e também sobre as Associações que serão o foco deste trabalho, sendo tratadas em um subcapítulo específico.

As Associações Atléticas são entidades sem fins lucrativos pertencentes ao Terceiro Setor, com estatuto próprio, com uma diretoria eleita em Assembleia por maioria dos sócios e constituída legalmente como será especificado mais adiante no capítulo dois deste trabalho e o seu sucesso está atrelado a vários fatores dos quais, após pesquisa e tabulação dos dados foram identificados através da indicação dos Associados e Dirigentes. Os dados coletados revelaram que além de um trabalho de voluntariado desenvolvido pelos Dirigentes é preciso que a gestão

destas entidades esteja sempre buscando a evolução e a melhoria contínua para poder manter seus sócios e também poderem conquistar novos Associados.

Saúde, lazer, esporte e qualidade de vida, são palavras que indicam o que se pode oferecer por uma Associação Atlética quando se fala em benefícios aos Associados. Também são palavras que se remetem a atualidades discutidas por grandes pensadores, principalmente quando se fala em convivência em grupo ou em sociedade. Elas nos remetem muitas vezes a problemas de convívio e opiniões diversas sobre o que se pode fazer para melhorá-las. São temas que possuem também uma correlação, pois todos dizem respeito a pessoas e podem ser desenvolvidas por entidades que tenham como objetivo proporcionar bem estar e o convívio em grupo.

1.1 Objetivos

Os objetivos dividem-se em Geral e Específicos.

1.1.1 Objetivos Gerais

Aplicar uma pesquisa para entender quais são os Fatores de Sucesso das Associações Atléticas do Vale do Taquari identificando os pontos mais relevantes.

1.1.2 Específicos

- Pesquisar as Associações Atléticas de dois municípios de relevância no Vale do Taquari que são: Teutônia e Estrela.
- Demonstrar o perfil das Associações fazendo comparativos entre as mesmas;
- Identificar os fatores que indicam o sucesso destas Associações;
- Identificar o percentual que corresponde às Associações Atléticas do Vale do Taquari em relação as demais Associações.

1.2 Delimitação

As Associações Atléticas estão inseridas diretamente no campo que tem a denominação de Terceiro Setor. Segundo Wagner de Siqueira Pinto apud Antonio Sergio Riede:

"O termo terceiro setor é extremamente difuso abrangendo desde Organizações não Governamentais que emergem no seio de movimentos sociais com finalidades ecológicas de defesa de minorias ou buscando o suprimento de alguma necessidade básica não atendida pelo Estado passando por cooperativas cujos lucros se reverterem para a manutenção e aprimoramento chegando até as fundações e institutos empresariais" (Pinto 2001, p: 16).

Segundo José Eduardo Sabo Paes apud Antonio Sergio Riede o terceiro setor é definido como sendo "o conjunto de organismos, organizações ou instituições dotadas de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando seu aperfeiçoamento" (Paes. 2000 p: 56).

Este estudo terá como escopo a análise restrita às Associações Atléticas de dois municípios específicos localizados no Vale do Taquari, Estrela e Teutônia. Com o intuito de verificar como este setor é organizado e quais os fatores críticos de sucesso que determinam a sua continuidade, foram selecionadas três Associações Atléticas destes municípios. Municípios que são de relevância no Vale conforme critérios estabelecidos na seção 3.1.2 Procedimentos e meios de Pesquisa.

1.3 Relevância do estudo

Este trabalho quer proporcionar o entendimento, através de uma pesquisa de campo, de como se organiza o setor das Associações Atléticas que por natureza fazem parte do Terceiro Setor e que não é habitualmente tão explorado em relação a sua estrutura e organização como uma Organização do Segundo Setor por exemplo. Este que é considerado um terceiro "braço" da economia, torna-se hoje parte muito importante da sociedade em que vivemos, levando até as pessoas mais necessitadas benefícios que o Estado não consegue dispor para suprir necessidades básicas dos cidadãos.

Dentre as várias "espécies" de entidades do terceiro setor tais como as associações, as fundações, os sindicatos, as sociedades cooperativas e as

entidades filantrópicas e outras várias denominações, o foco deste trabalho será mantido nas Associações Atléticas que possuem um vínculo com o esporte, lazer, recreação e promoção à saúde pois estas são criadas para que as pessoas possam ter uma melhor qualidade de vida dentro e fora das Organizações, possam se relacionar e criar laços de trabalho e também de amizade, sendo estes de fundamental importância para uma vida mais saudável e sociável.

Dentre as Associações que serão pesquisadas se buscou identificar as práticas existentes na gestão destas Organizações nas questões referentes ao sucesso e/ou fracasso destas e quais os benefícios que estas proporcionam aos seus associados.

Por se tratar de um assunto que há razoável quantidade de literatura disponível, acredito que este estudo será de grande relevância para mim como acadêmico e para o meio acadêmico em que se insere, pois como futuros contadores é importante também que se possa ter conhecimento de algumas áreas tão peculiares como é o Terceiro Setor.

2 REFERENCIAL TEORICO

Neste primeiro capítulo são apresentadas algumas definições em um contexto histórico sobre o Terceiro Setor, conceitos de vários autores que tratam do tema na sua forma legal, os conceitos e os objetivos da Contabilidade e ainda alguns dados estatísticos sobre o crescimento do mesmo na sociedade. Todos estes conceitos são muito relevantes para a compreensão do estudo em questão.

2.1 O Terceiro Setor

Segundo Scheunemann e Rheinheimer (2013, p. 14) em um contexto histórico a primeira vez que o termo Terceiro Setor ou Third Sector foi utilizado, aconteceu entre os anos de 1940 e 1950 junto a Organização das Nações Unidas (ONU). Nos Estados Unidos estas organizações, a partir de 1970, também ficaram conhecidas como Organizações voluntárias, de caridade ou Filantropia e na Europa o termo ficou conhecido a partir de 1980.

Porém no Brasil este termo ficou conhecido como Organizações não Governamentais (ONGS) segundo Gerone apud Scheunemann e Rheinheimer (2013, p. 14).

Segundo um contexto histórico Andrade (2008) cita ainda que é após a segunda Guerra mundial que muitas transformações sociais ocorrem no mundo: mudanças de centros de poder econômico e político, migrações em massa de moradores do campo para as cidades entre outras, o que, com o passar do tempo acabou por contribuir para o aumento da violência e da proliferação de doenças, de

pobreza e de conflitos, sejam eles econômicos, políticos, étnicos ou outros. Para amenizar estes problemas, agentes sociais com sua capacidade de articulação, tentavam de forma organizada resolvê-los, porém nem sempre obtendo sucesso.

No Brasil, porém as sociedades civis se fortaleceram somente no final do regime militar levando ações dirigidas a população nas questões referentes à exclusão social, ao meio ambiente, entre outros. Não havia preocupações com questões legais e institucionais de uma organização em um mundo jurídico ou até mesmo de natureza contábil como princípios, padrões, regras e outras práticas até aquele momento vistas somente para empresas que visam ao lucro. (Andrade et al 2008, p. 20).

Neste sentido ainda conforme o autor, na década de 80 houveram avanços significativos em relação às Entidades de Interesse Social advindos das manifestações de movimentos sociais para algumas questões específicas como o preconceito racial, a pobreza, o meio ambiente e as populações indígenas. Com ênfase na questão do meio ambiente na década seguinte aconteceu o ápice dos movimentos sociais onde, na “ECO- 92”, que foi o fórum mundial para a discussão de assuntos referentes ao meio ambiente onde estiveram presentes lideranças de todo o mundo, tornou-se de todos a responsabilidade referente a discussão deste tema.

Após esta convenção o termo Organizações Não Governamentais (ONGS) passou a ser amplamente conhecido e difundido no país sendo este o termo que se aplicaria mais tarde às organizações da sociedade civil, que atuavam paralelamente ao Governo em busca do bem-estar da coletividade, constituídas sob a forma de: associações, centros, grupos, fundações, institutos, entre outras. (Andrade et al 2008, p. 20).

Conforme Monser et al. (2011, p. 11) a organização da sociedade é atualmente composta por três setores distintos que auxiliam o desenvolvimento econômico e permitem o crescimento social, o Primeiro Setor compreenderá o Estado, ou seja, o Poder Público, o Segundo Setor se organiza em torno das Empresas Privadas com finalidade lucrativa e o Terceiro Setor envolve uma grande diversidade de Organizações que não visam ao lucro.

Segundo Scheunemann e Rheinheimer (2013, p. 14), o Terceiro Setor movimenta cerca de 8% da economia mundial arrecadando cerca de U\$\$ 1,1 trilhões ao ano, empregando 19 milhões de trabalhadores, não contando neste número ainda os voluntários. Com relação ainda a estas atividades que vem crescendo em todo o mundo, pode-se afirmar que elas já são 5% dos postos de trabalho oferecidos, mas em países como a Holanda já superam a marca dos 12%.

Nas últimas décadas é perceptível o crescimento que o Terceiro Setor alcançou na sociedade, segundo um estudo realizado pelos órgãos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos Associações e Empresas (GIFE), entre os anos de 2002 e 2005 observou-se um crescimento de 22,6% no número de associações e fundações sem fins lucrativos que passou de 275,9 mil em 2002 para 338,2 mil em 2005 (Monser et al. 2011 p.11).

Figura 1 – Numero de fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos – Brasil 2005.

Classificação das Entidades Sem Fins Lucrativos	Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
Total	338162
Habitação	456
Habitação	456
Saúde	4464
Hospitais	2068
Outros serviços de saúde	2396
Cultura e recreação	46999
Cultura e arte 14.796	14796
Esportes e recreação	32203
Educação e pesquisa	19940
Educação infantil	3154
Ensino fundamental	7910
Ensino médio	1448
Educação superior	2152
Estudos e pesquisas	2441
Educação profissional	447

Outras formas de educação/ensino	2388
Assistência social	39395
Assistência social	39395
Religião	83775
Religião	83775
Associações patronais e profissionais	58796
Associações empresariais e patronais	4321
Associações profissionais	19645
Associações de produtores rurais	34830
Meio ambiente e proteção animal	2562
Meio ambiente e proteção animal	2562
Desenvolvimento e defesa de direitos	60259
Associação de moradores	19196
Centros e associações comunitárias	29586
Desenvolvimento rural	1752
Emprego e treinamento	722
Defesa de direitos de grupos e minorias	6276
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2727
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	21516
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificados anteriormente	21516

Fonte: Adaptado de Monser et al. (2011 p. 11, 12).

A partir do figura 1 pode-se perceber que as Associações voltadas ao esporte (Associações Atléticas e clubes esportivos) são cerca de 9,52% do total de entidades que compõem o Terceiro Setor e que o trabalho da Contabilidade nesta área ainda deve ser de muita pesquisa e expansão pois conforme se pode verificar há várias espécies de entidades que compõem este Setor e cada uma possui suas peculiaridades.

Portanto segundo Young (2011, p. 32),

“Quando mencionamos a terminologia “entidades sem fins lucrativos”, estamos abrangendo uma vasta gama de espécies, tais como as associações, as fundações, os sindicatos, as sociedades cooperativas, as entidades filantrópicas e beneficentes de assistência social e as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico”.

A autora cita ainda que estas entidades fazem uma parte importante para a sociedade a qual o Governo deveria cumprir, desta forma o Terceiro Setor acaba por suprir estas faltas na forma de implementação de direitos sociais, ou seja, direito a saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, segurança etc. Para ela, para se manter uma Organização do Terceiro Setor não é simples, pois para conseguir o capital financeiro necessário não basta apenas contar com a boa vontade de pessoas e empresas, também há de se buscar subvenções públicas, desenvolver atividades voltadas para a manutenção da entidade além disso é claro, as doações.

2.1.1 Subdivisões do Terceiro Setor

As definições para o Terceiro Setor em relação ao que lhe compunha sempre permearam o limite entre o Primeiro Setor e o Segundo Setor, segundo Oliveira e Romão (2011, p. 28) devido às múltiplas nomenclaturas Organizacionais referentes ao Terceiro Setor que foram surgindo ao longo dos tempos, não havia limites para a criatividade na composição dos nomes, pois era gigantesca a abrangência destas nomenclaturas que o definiam, bem diferente do que se tem hoje, as chamadas Entidades do Terceiro Setor. Os autores citam ainda que este setor é visto de uma derivação das finalidades do Primeiro Setor com a metodologia do Segundo Setor, ou seja, visam benefícios coletivos embora não entidades do Governo e são de natureza privada embora não objetivem o lucro.

Segundo Oliveira e Romão (2011, p. 29), o Terceiro Setor subdivide-se em Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Associações Civis, Fundações, Organizações Religiosas, Organizações Sociais (OS) e os Partidos Políticos que foram incluídos no artigo 44 do código civil pela Lei 10825/2003. Estas subdivisões serão brevemente descritas a seguir para fins de conhecimento.

2.1.1.1 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

Conforme a lei 9790/1999 acrescida das alterações da lei 13019/2014 podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei. Segundo o artigo 3º da lei 9790/1999 algumas qualificações são instituídas para que uma organização possa se tornar uma OSCIP. Para conhecimento segue algumas finalidades que são exigidas para a qualificação como OSCIP: promoção da assistência social, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da educação, promoção da segurança alimentar e nutricional, defesa, preservação e conservação do meio ambiente, entre outras.

A dedicação às atividades a que se refere o artigo 3º configuram-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Os principais benefícios de se tornar uma OSCIP são: a possibilidade de formar parceria com o poder público para o recebimento de recursos, e a possibilidade de dedução do cálculo do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o lucro, até o limite de 2% sobre o lucro operacional, para pessoas jurídicas, o valor das doações efetuadas, conforme artigo 9 da Medida Provisória nº 2158-34 de 28/07/2001.

2.1.1.2 Associações Cíveis

O artigo 53 do Código Civil afirma que: Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos. Nas Associações os membros são denominados associados sendo que estes se unem para alcançar os fins definidos pelos mesmos em assembleia geral e registrados em Estatuto.

Este tipo de Associação que é tema deste trabalho será dissertado com maiores detalhes no subitem 2.3 Associações.

2.1.1.3 Fundações

Podem ser públicas ou privadas. No caso das fundações públicas, estas assumem a personalidade jurídica de direito público (educação, cultura, pesquisa). Segundo o artigo 62 do código civil: Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser a maneira de administrá-lo.

A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. É um tipo especial de pessoa jurídica, pois pode ser constituída pela decisão de um só indivíduo, inclusive *post mortem* onde o indivíduo deixa em testamento seu desejo. Sua constituição se dá em um primeiro momento pela reunião de bens e a sua destinação a uma finalidade determinada pelo seu instituidor. A fiscalização é feita através do Ministério Público Estadual conforme artigo 66 do código civil.

2.1.1.4 Organizações Religiosas

Conforme Monello (texto digital) são pessoas jurídicas de direito privado que pregam uma ideologia religiosa segundo seus ditames e sob a perspectiva de uma fé, na vivencia de um culto divino, de uma filosofia de vida que lhes forneça um fundamento para suas ações de educação, assistência entre outros. Segundo o parágrafo 1º do artigo 44 do Código Civil Brasileiro:

“são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento”.

Por este parágrafo, pode-se perceber que fica vedado o cerceamento à constituição de uma organização religiosa, sua estruturação interna e seu funcionamento, ou seja, não é possível ao Poder Público negar reconhecimento ou registro de atos constitutivos a qualquer que seja a organização religiosa e suas finalidades constitutivas, desde que não sejam proibidas por lei.

Referentes a tributação sobre estas organizações, o artigo 150 da Constituição Federal prevê que: sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

IV – Instituir impostos sobre: [...]; b) tempos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei.

Em outras palavras a lei maior que é a Constituição proíbe a instituição de qualquer tipo de impostos sobre estas organizações a não ser que seja feita alguma emenda Constitucional que venha a instituir alguma cobrança neste sentido.

2.1.1.5 Organizações Sociais

Conforme o caderno do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare, 1998), são modelos de organizações públicas não estatais com a finalidade de absorver atividades do poder público mediante qualificação específica e constituídas pelas associações civis sem fins lucrativos. É um modelo de parceria entre o Estado e a sociedade onde este exercerá sobre aquelas um controle estratégico e demandará resultados para o atendimento aos objetivos das políticas públicas onde o contrato de gestão será o instrumento que regulará as ações destas organizações.

2.1.1.6 Partidos Políticos

Incluídos no artigo 44 do Código Civil pela Lei 10825/2003 são considerados pessoas jurídicas de direito privado com a finalidade de assegurar o regime democrático e defender os direitos constitucionais (Monser et al, 2011, p. 17).

Para se constituir um partido político é preciso encaminhar o registro do mesmo junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e, após adquirirem personalidade Jurídica serão registrados no Tribunal Superior Eleitoral.

Os Partidos Políticos assim como as Associações são regidos por um Estatuto que deve constar, além das cláusulas obrigatórias, o direito de ampla defesa e a perda de mandato do parlamentar quando o mesmo deixar a legenda ou quando ele votar contra as diretrizes do seu partido.

2.2 Contabilidade

Pode-se estabelecer como o objetivo da Contabilidade, fornecer todas as informações estruturadas e necessárias de natureza econômica, financeira, física, de produtividade e também social aos usuários internos e externos à entidade que é objeto da Contabilidade (IUDICIBUS; MARION; FARIA, 2009, p. 33).

Objetiva-se com estas informações poder fazer o levantamento do patrimônio e verificar resultados de períodos distintos para se estabelecer novas metas e atingir os objetivos de uma Organização.

Conforme Muller (2010, p.16) a contabilidade é por definição a ciência que tem por finalidade registrar todas as operações referentes ao Patrimônio de uma Organização, visando chegar há algum resultado no final de um período onde os Stakeholders, que são as partes interessadas no negócio que no caso das Organizações se trata dos sócios, acionistas ou do titular no caso de empresário individual, verificam os relatórios oriundos da Contabilidade e após isso tomam as decisões em relação ao futuro Organizacional.

Para Iudícibus (1994), a contabilidade desempenha ao longo do tempo o mesmo papel que tem a história no desenvolver da vida da humanidade. É a contabilidade através de seus registros que faz com que se conheça o passado e o presente da situação econômica da entidade, bem como este registro representa as possibilidades de orientações de planos futuros da organização.

Para Ribeiro (2005) é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações.

Para as entidades Sem Fins Lucrativos a Contabilidade tem algumas peculiaridades conforme a lei 9718/98 a seguir e toma algumas formas diferentes na questão da nomenclatura de algumas contas contábeis.

A Lei 9718/98 conjugada com o Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99 em seu parágrafo segundo classificam da seguinte forma as Entidades sem fins lucrativos:

“Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532, de 1997, art. 12, § 2º, e Lei nº 9.718, de 1998, art. 10) ”.

Esta Lei deixa bem claro que uma entidade sem fins lucrativos não pode distribuir seus resultados quando ocorrerem sobras ou resultados positivos em suas movimentações mensais e sim somente a reaplicação de valores no desenvolvimento dos objetivos sociais da mesma.

Segundo Zanluca (texto digital) uma das características básicas para a Contabilidade do Terceiro Setor é definida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6404/1976), ou seja, a sua Estrutura Patrimonial. Porém, algumas adaptações devem ser feitas e dizem respeito, principalmente, à nomenclatura de algumas contas a serem utilizadas, como segue: o conceito básico de Patrimônio Líquido é o mesmo tanto nas empresas quanto no terceiro setor. A equação patrimonial clássica não se altera, mas os títulos sim. Ao invés de Patrimônio Líquido, chamar-se-á “Patrimônio Social” onde é representada pela fórmula: $\text{Patrimônio Social} = \text{ATIVO} - \text{PASSIVO (exigibilidades)}$

No Terceiro Setor o que ocorre quando há um lucro ou prejuízo segundo a legislação vigente, são respectivamente um Superávit ou Déficit. O Superávit que é o mesmo que lucro em uma entidade empresarial e o Déficit que é o mesmo que prejuízo deve ser analisado com cuidado, pois quando houver Superávit este deve ser reinvestido na própria entidade e o Déficit deve ser informado na conta Patrimônio Social.

Destacam-se outras características distintivas da contabilidade do terceiro setor:

- Aplicam-se a essas entidades os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- As entidades sem finalidade de lucro são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro

ou prejuízos são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit.

- O valor do superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembleia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta Patrimônio Social.

Segundo Crepaldi (2006, p. 89) a informação contábil tem que ser:

“Confiável. Os trabalhos elaborados pela Contabilidade devem inspirar confiança, a tal ponto que o usuário da informação tenha segurança nas informações fornecidas. Ágil. Pode-se elaborar um belo trabalho contábil, mas se o mesmo não for apresentado em tempo hábil para ser usufruído, a informação perde o sentido, principalmente em países com economia instável. Elucidativa. Cada usuário da informação tem um grau de conhecimento; identificá-lo é primordial para que os trabalhos sejam elucidativos. Fonte para tomada de decisões. Nenhuma decisão que envolva negócios é tomada a esmo, pois está em jogo o Patrimônio, que não se constituiu de maneira tranquila; assim, quem controla o Patrimônio tem obrigação de gerar alicerce para decisão”.

E é com estas informações de alta confiabilidade que as empresas irão estruturar suas demonstrações contábeis e apuração dos resultados de um período que indicará se houve lucro ou prejuízo mostrando se a empresa se encontra em uma direção correta ou se terá que modificar suas estratégias de mercado.

Para que estas possam se manter em uma economia de concorrência precisam obter o lucro, para tanto, equilibrar suas receitas e despesas, afim de sempre chegar a um resultado positivo ao final de um período determinado.

2.2.1 Normas Brasileiras de Contabilidade para o terceiro setor

A Contabilidade para o Terceiro Setor segue na mesma linha do que se preconiza hoje para as Organizações do setor público e privado, ou seja, devem obedecer aos princípios da Contabilidade, às Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas.

Dentre as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas (NBC T) que são aplicáveis ao Terceiro Setor estão (Zanluca, texto digital):

- NBC T 2.2 – Trata da Documentação Contábil, ou seja, todos os papéis que comprovam os atos e fatos que originam os lançamentos na escrituração contábil da entidade;
- NBC T 2.5 – Das Contas de Compensação: estas contas servem exclusivamente para se fazer o controle interno da organização, elas nada têm a ver com o plano de contas da organização, podendo ser utilizadas, por exemplo para transmitir informações a terceiros;
- NBC T 3 – Cita os conceitos, a Estrutura e a Nomenclatura das Demonstrações Contábeis;
- NBC T 4 – Esta norma diz como deve ser a avaliação dos componentes do Patrimônio como por exemplo os estoques de mercadorias que diz que sua avaliação deve feita pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente ou pelo valor de mercado quando este for menor;
- NBC T 6 – Estabelece como deve ser a forma de Divulgação das Demonstrações Contábeis e o conteúdo das Notas Explicativas, bem como suas republicações;

Porém as Normas Brasileiras de Contabilidade reservam, através da resolução CFC nº 1409/2012, uma Norma Técnica específica para o Terceiro Setor contidas na ITG 2002 que trata dos aspectos Contábeis legais referentes às entidades deste seguimento, sendo que a seguir, serão elencados os itens mais importantes da norma:

- Organizações do Terceiro Setor podem exercer as seguintes atividades: assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, entre outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária;
- São aplicadas as entidades sem finalidade de lucro os Princípios de Contabilidade e esta Interpretação juntamente com a NBC T 100 –

Contabilidade para Pequenas e Medias Empresas e normas IFRS completas quando aplicáveis;

- As receitas e as despesas devem ser reconhecidas pelo princípio Contábil de Competência;
- As doações e subvenções devem ser registradas no resultado;
- Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas com e sem gratuidade e as contas de superávit ou déficit (que substituíram as palavras Lucro ou prejuízo respectivamente) de forma separada identificando o tipo de atividade a que se destinam, tais como: saúde, educação, etc.
- As receitas e as despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade;
- O valor do Superávit ou Déficit deve ser integrado ao Patrimônio Social (que substitui a conta Patrimônio Líquido);
- O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro;
- As demonstrações contábeis que devem ser apresentadas por estas entidades são: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração dos Resultados do período (DRE), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas.

2.2.2 Obrigações Fiscais

Desde a Constituição Federal de 1988 é dado ao Estado o poder de tributar, e este, partilha entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios os tributos e define o que pode ser instituído por cada esfera de governo. Para tanto cada esfera define através de lei as normas gerais que deverão ser cumpridas

como: os fatos geradores, o campo de incidência, as alíquotas, a base de cálculo e também os casos de isenção e de não incidências fiscais.

Conforme Araújo (2005, p. 33), para algumas atividades da economia os regimes de tributação podem ser especiais implicando em desonerações tributárias desde que estes sejam considerados estratégicos para o desenvolvimento do Estado e da sociedade como um todo. Neste sentido enquadram-se as entidades do Terceiro Setor que, pela importância de suas atividades na sociedade, precisam ser incentivadas, pois estas são complementos de atividades que deveriam ser do Estado. Cabe ressaltar ainda que alguns benefícios fiscais também são concedidos a terceiros que venham a transacionar com estas instituições conforme abordado no subcapítulo 2.3 Lei de Incentivo ao Desporto.

Sem a intenção de esgotar o assunto, a seguir serão abordados os casos de imunidade e isenção a qual estas entidades são beneficiadas por força de Constituição e leis infraconstitucionais e ainda as obrigações acessórias a que as mesmas estão sujeitas.

2.2.2.1 Imunidade

Segundo Machado (2001, p. 188) apud Araújo a Imunidade é um obstáculo criado por uma norma da Constituição Federal que impede a incidência de uma lei ordinária de tributação sobre determinado fato ou em favor de determinada pessoa, ou categoria de pessoas. Sendo que assim pode-se dizer que a imunidade está relacionada ao não alcance de qualquer tributo instituído ou que possa ser instituído por qualquer dos entes que tenham poder para tal.

Os casos de imunidade previstos na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 150 são regidos pela seguinte redação:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) VI – Instituir imposto sobre: (...) Templos de qualquer culto; Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais, dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei”.

Pode-se verificar que a Constituição Federal trata neste inciso VI do artigo 150 CF somente de impostos sendo que a isenção às contribuições sociais foi

incluída no artigo 195 CF em seu parágrafo sétimo que diz: “São isentas de contribuição para a seguridade social às entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”

Conforme Araújo (2005, p. 34) o texto da Constituição Federal não pode ser alterado por lei, a não ser que haja uma emenda constitucional. Ele entende que as organizações do Terceiro Setor que atendam a legislação estão também imunes ao pagamento da contribuição social, pois a não incidência do tributo quando decorrente da Constituição Federal recebe o mesmo tratamento que a imunidade.

A figura 2 mostra resumidamente os impostos por esfera de governo que não podem ser cobrados de entidades imunes conforme a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 150.

Figura 2 – Impostos por competência em cada esfera de Governo.

FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
Imposto de Renda (IR)	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços (ICMS)	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS)
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU)
Imposto Territorial Rural (ITR)	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> ou Doação de Bens e Direitos (ITCD)	Imposto sobre a Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis (ITBI)
Impostos Sobre Exportação (IE)		
Impostos sobre Importação (II)		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)		

Fonte: adaptado de Araújo (2005 p. 35).

2.2.2.2 Isenção

Segundo Araújo (2005, P. 35-36) ocorre quando a não incidência de tributos decorre de lei infraconstitucional, ou seja, de lei que esteja hierarquicamente abaixo da Constituição Federal. Ocorre por questões que envolvem a ordem econômica e social e está embasada no artigo 151, II da Constituição Federal que proíbe a União

de instituir isenção em tributos que não são de sua competência, ou seja, que são dos Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Conforme Oliveira e Romão (2011 p. 41) a diferença entre a isenção e a imunidade está justamente na questão do fato gerador, pois na imunidade não há fato gerador já na isenção há o fato gerador e ocorre a dispensa do pagamento do tributo devido, sendo este um favor que a qualquer momento poderia ser retirado. A imunidade é uma garantia Constitucional que impede os poderes tributadores de alcançar algumas pessoas para delas cobrar os tributos e a Isenção sempre ocorrerá decorrente de lei ordinária.

Abaixo a figura 3 mostra o ordenamento jurídico das leis para melhor entendimento de como se figuram a Imunidade e a Isenção hierarquicamente falando.

Figura 3 – Ordenamento Jurídico das leis.



Fonte: Adaptado de Donata Poggetti (Texto digital)

Conforme se pode observar na figura 3 acima a Constituição Federal é a Lei maior a qual todas as demais devem se referenciar, como exemplo desta hierarquia podemos citar a Imunidade e a Isenção, onde a Imunidade é garantia Constitucional e a Isenção depende de lei Ordinária para entrar em vigor, pois só podemos dizer que uma Lei Ordinária está de acordo com a Lei complementar “tal”, se esta Lei complementar estiver em acordo com o que diz na Constituição Federal.

A figura 4 mostra um breve resumo de alguns exemplos de Isenção Tributária concedidos para algumas entidades do Terceiro Setor e o embasamento legal para tais incentivos fiscais.

Figura 4 – Exemplos de Isenção para Entidades Sem Fins Lucrativos

ISENÇÃO	ENTIDADES	EMBASAMENTO
Contribuições para seguridade Social (INSS, COFINS, CSLL e SAT)	Assistência Social	art. 55 da Lei nº 8212/91)
Imposto de Renda (IR)	Fundações, filantropia, religiosas, educativo, cultural, instrutivo, recreativo e esportivo, Associações e Sindicatos.	Art. 30 da Lei nº 4506/64, ar 28 do Decreto-lei nº 5884/43 e art. 18 da lei 9532/97
Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	Educação e Assistência social	Art. 2º, I, b, da lei nº 8032/90, art. 1º, IV da Lei 8402/92 e arts 135, I, b e 245 do Decreto nº 4543/2002)
PIS (regime especial) na alíquota de 1% sobre folha de salários	Educação, Assistência Social, Filantropia, recreativo, cultural, científico, Associações, Sindicatos e Fundações de direito Privado entre outros.	Art. 13 da Medida Provisória nº 2158-35 de 24/08/2001
COFINS	Educação, Assistência Social, Filantropia, recreativo, cultural, científico, Associações, Sindicatos e Fundações de direito Privado entre outros.	Art. 14 da Medida Provisória nº 2158-35 de 24/08/2001

Fonte: do autor, adaptado de Araújo (2005 p. 37).

Quanto às condições para se obter a isenção deve-se observar as leis Infraconstitucionais, pois é valido ressaltar que os exemplos acima são casos de Imunidade tendo em vista que este instituto é mais forte que a isenção, pois a Imunidade é decorrente da própria Constituição enquanto que a Isenção depende da necessidade de uma lei ordinária do ente federado dispensando o pagamento do tributo (Araújo 2005, p. 39).

2.2.3 Obrigações acessórias

O Código Tributário Nacional (CTN) é o instituto legal que rege as obrigações referentes à cobrança de tributos no país em suas respectivas esferas de Governo. A obrigatoriedade referente à cobrança destes tributos se divide em obrigações principais e acessórias. As Obrigações Principais são o cumprimento instituído em

lei que emite a obrigatoriedade do pagamento dos tributos (impostos, taxas ou contribuições) a partir de um fato gerador, as Obrigações Acessórias são todos os demais trâmites burocráticos que servirão como base para o pagamento de um tributo ou contribuição e a futura fiscalização. Estas são consideradas instrumentos que auxiliam o fisco no cumprimento de suas atividades.

2.2.3.1 Declaração de Débitos e Créditos Tributários - DCTF

A Instrução Normativa (IN) da Secretaria da Receita Federal (SRF) nº 1110/2010 trata da entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) para todas as entidades sociais, esportivas, etc., inclusive associações religiosas, mesmo que não tenham qualquer valor a declarar. Esta obrigatoriedade está em vigor desde 2007 através da IN 695/2006 (alterada pela Instrução Normativa SRF 730/2007) que estabeleceu a obrigatoriedade desta declaração.

2.2.3.2 Escrituração Contábil Fiscal - ECF

Escrituração Contábil Fiscal – Conforme a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, em seu artigo 1º, parágrafo segundo diz que: A obrigatoriedade a que se refere este artigo não se aplica:

“Inciso IV: às pessoas jurídicas imunes e isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano-calendário, não tenham sido obrigadas à apresentação da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012. (Incluído (a) pelo (a) Instrução Normativa RFB nº 1524, de 08 de dezembro de 2014) ”.

O que fica claro é que, segundo o parágrafo terceiro da Instrução Normativa nº 1252/2012 citada pela Instrução Normativa 1422/2013, é que somente serão obrigadas a adotar a EFD-Contribuições para PIS e COFINS, as pessoas jurídicas imunes e isentas do IRPJ que, na soma dos valores mensais de suas receitas apuradas tiver auferido valores superiores a R\$ 10.000,00, considerando-se aqui as receitas decorrentes de atividades próprias.

Em relação ao PIS sobre a Folha de Pagamento, para as entidades do Terceiro Setor que possuírem empregados será obrigatório o recolhimento do

mesmo, segundo a Medida Provisória nº. 2.158-35/01 em seu artigo 13º, no percentual de 1%.

2.2.3.3 CSLL, COFINS e PIS/Pasep

Para esclarecer algumas peculiaridades referentes ao recolhimento destas contribuições, mas sem a intenção de querer esgotá-las até por que não é tema deste trabalho, segue um breve resumo de como a legislação trata o assunto.

Segundo a Lei 10833 de 29 de Dezembro de 2003 em seus artigos 30, 31, 32, 34 e 35 ficam obrigadas ao recolhimento, as pessoas jurídicas que efetuem pagamentos a outras pessoas jurídicas, inclusive as associações, das contribuições: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) correspondente à alíquota de 4,65% que se divide em 1% (um por cento), 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) respectivamente, sobre os serviços de: limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, entre outros, sendo que estão desobrigadas a efetuar o recolhimento destas contribuições as empresas optantes pelo SIMPLES Nacional.

2.2.3.4 Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Segundo Moraes (2015 - texto digital) é uma obrigação acessória que deve ser observada por todas as empresas comerciais e as do Terceiro Setor que mantenham empregados formalmente legalizados, ou seja, cumprindo com o que a legislação trabalhista exige. Com o advento do eSOCIAL, que é um projeto do governo federal para unificar as informações enviadas pelo empregador em relação aos seus empregados, esta obrigação acessória se tornará extinta, mas enquanto realmente o programa não estiver em funcionamento cabe salientar a sua obrigatoriedade.

Conforme a portaria nº 10 de 09 de janeiro de 2015, mesmo que o estabelecimento, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), não manteve empregado ou que esteve inativo no ano base este estará obrigado a apresentar a RAIS Negativa informando apenas os dados que lhe couber, sendo

que esta informação não se aplica ao Microempreendedor Individual (MEI) de que trata o artigo 18-A, §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

2.3 Lei de Incentivo ao Desporto

O Incentivo ao Desporto é um benefício concedido pela União tanto para pessoas jurídicas como para pessoas físicas sendo o seu embasamento legal a Lei de número 11438/2006 regulamentado pelo decreto lei número 6.180/07 e a portaria número 120/09 e tem como principal objetivo o incentivo a projetos esportivos e paradesportivos.

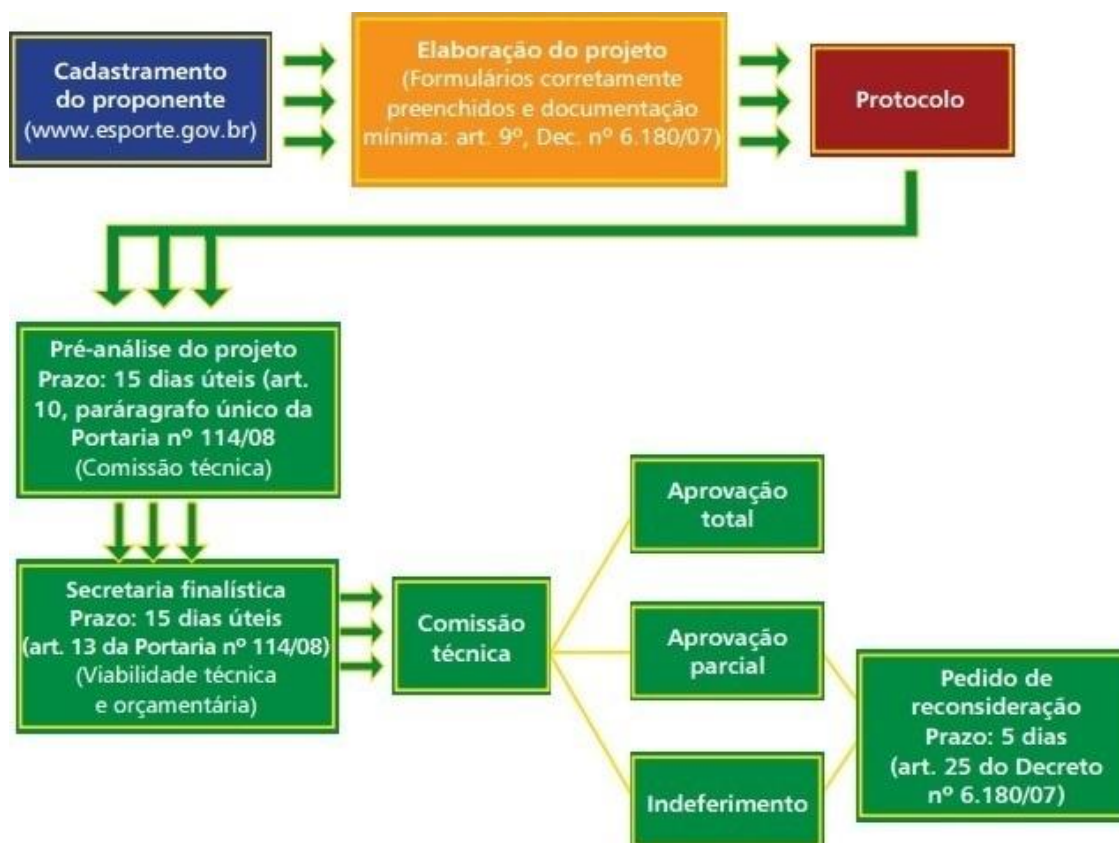
Porém para que tudo possa funcionar de acordo com a legislação é imprescindível que os três setores da economia trabalhem juntos e gerem as condições necessárias para que tudo possa acontecer, pois o Primeiro Setor composto pelo Estado é o responsável pela criação das leis e o benefício existente, o Segundo Setor é composto pelas empresas privadas é o responsável pela injeção de capital no meio esportivo aproveitando-se dos benefícios que a lei prevê e o Terceiro Setor que são as Entidades sem fins lucrativos são as responsáveis pelo emprego destas verbas, execução dos projetos apresentados e prestação de contas ao Primeiro Setor fechando-se o ciclo.

Seguem alguns critérios que a lei determina para o aproveitamento dos créditos provenientes dos benefícios concedidos pela lei de incentivo ao desporto:

- Pessoa Jurídica tributada pelo Lucro Real: até 1% do Imposto de Renda devido. Apenas valores destinados a patrocínio/doação em favor de projetos desportivos ou paradesportivos aprovados previamente pelo Ministério do Esporte poderão ser dedutíveis.
- Pessoa Física: até 6% do Imposto de Renda devido desde que declarado pela modalidade completa;
- Podem requer o incentivo: entidades sem fins lucrativos com registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) a mais de um ano e que em seu estatuto esteja disposto a finalidade esportiva;

- Esta Lei abrange os esportes de alto rendimento que trata do esporte de resultados e tem como principal característica a presença de atletas ou de atleta em formação, o esporte como forma educacional (alunos regularmente matriculados em instituição de ensino) e também a participação em competições que é o esporte como lazer;
- Como restrições a lei diz que o incentivo não poderá ser utilizado para: remuneração de atletas profissionais e aquisição de imóveis;
- Cada entidade pode apresentar ao Ministério do Esporte até seis projetos por ano (artigo 22 do Decreto nº 6180/2007);

Figura 5 – Tramite do projeto junto ao Ministério do Esporte.



Fonte: Do autor, adaptado de: Cartilha Lei de Incentivo – Ministério do Esporte.

2.4 Associações

Segundo Scheunemann e Rheinheimer (2013, p. 56) as Associações são as que mais representam o Terceiro Setor, pois compõem cerca de 70% das entidades pertencentes a este seguimento.

Segundo o Código Civil (2002) as Associações são legalmente constituídas como Entidades Jurídicas de Direito Privado e designadas às práticas culturais, sociais religiosas e recreativas. São constituídas pela união de pessoas com os objetivos comuns com cunho social e não lucrativo sendo que a sua constituição ocorre através de uma Assembleia de fundação registrando-se a ata de fundação e o Estatuto Social que contemplará um conjunto de cláusulas que relaciona a entidade com os seus fundadores, dirigentes e associados determinando-lhes direitos e deveres.

No artigo 53 do Código Civil define como é feita a constituição das Associações: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos”. Ou seja, justamente por não poder dividir lucros, pois não é este o objetivo das Associações é que não há direitos e obrigações recíprocos.

Conforme Young (2011 p. 34) em uma Associação não há a intenção de se obter lucro ou mesmo a distribuição de lucros ou divisão de resultados embora esta possua patrimônio formado pela contribuição de seus membros associados para a consecução de seu fim comum.

2.4.1 Perfis das Associações

Conforme Scheunemann e Rheinheimer (2013, p: 57) as Associações podem ter os seguintes perfis:

- Associativismo: clubes recreativos, de futebol, associação de moradores, de empregados de uma determinada empresa (Associação de funcionários), etc.

- Beneficentes – organização/instituição de educação, saúde e de assistência social. Estas eram conhecidas como as entidades filantrópicas, procuram diplomas e titulações para a obtenção de recursos advindos do Governo beneficiando os doadores com as renúncias fiscais. Seus dirigentes, como em outras associações também não podem ter remuneração sendo que as organizações deste tipo devem manter gratuidade de 20% em seus serviços. As de saúde devem atender 60% de seu público pelo Sistema único de Saúde (SUS) e as de educação devem contemplar 20% de sua renda bruta em bolsas de estudo a população.
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): este tipo de organização tem como característica a possibilidade de firmar parcerias junto ao Poder Público e de remunerar seus dirigentes conforme o mercado de trabalho. Tem como exigência a criação de um conselho fiscal e da realização de auditorias. Possuem legislação própria para sua organização conforme a lei 9790/1999 acrescida das alterações da lei 13019/2014 e regulamentada pelo decreto nº 3100/1999.

2.4.2 Roteiro para constituição e registro de Associações

Para poder se constituir uma Associação é preciso que se sigam alguns passos importantes iniciando com a elaboração e a discussão do projeto a que se destina a Associação, o seu Estatuto e em seguida deve-se prosseguir com o seguinte roteiro:

- Assembleia Geral de Constituição da Associação;
- Registro do Estatuto e ata da Assembleia de constituição em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- Obtenção de inscrição, CNPJ, junto a Receita Federal do Brasil (RFB);
- Obtenção de inscrição na Secretaria da Fazenda (SEFAZ) – Inscrição Estadual (se exercer comércio);

- Obtenção de registro no INSS;
- Registro na Prefeitura Municipal.

No artigo 54 do Código Civil fica estabelecido o que o Estatuto de uma Associação deve conter:

- a) A denominação, os fins e a sede da associação;
- b) Os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- c) Os direitos e deveres dos associados;
- d) As fontes de recursos para sua manutenção;
- e) O modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos (Lei 11127/2005);
- f) As condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;
- g) A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas (Lei 11127/2005).

Nos artigos 57 e 59 do mesmo Código, alterados pela Lei 11127/2005, lei esta que trata da exclusão de associados, diz que só é admissível havendo justa causa e obedecendo ao disposto no estatuto. Caso o estatuto não conter nenhuma prerrogativa em relação a isso, somente ocorrerá justa causa se houver reconhecida existência de motivos graves, sendo somente possível concretiza-lo em assembleia geral. A mesma regra vale para a eleição de administradores, a destituição de administradores, a aprovação de contas e também alterações de estatuto.

Cabe salientar ainda que no artigo 61 do referido código cita que em caso de dissolução desta Associação o que sobrar de Patrimônio Líquido, depois de deduzidas as quotas ou frações ideais, deverá ser destinado a outras entidades sem fins econômicos previstas no estatuto ou em caso de omissão do mesmo, por deliberação dos associados a outras de fins idênticos ou semelhantes a esta. Não

havendo tal instituição este deverá ser destinado a Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

2.4.3 Documentação exigida pelo Cartório de Registro Civil

Para poder se efetivar a constituição da Associação o cartório de registro civil exigirá, conforme cada localidade os seguintes documentos:

- Uma via do requerimento do presidente da Associação;
- Três vias do Estatuto Social já aprovado, sendo 1 original e 2 cópias assinadas ao vivo por todos os associados e rubricada por advogado com registro na OAB;
- Três vias da Ata da Assembleia de Constituição devidamente assinadas pelo presidente com firma reconhecida em cartório e pelo secretário da assembleia;
- RG do presidente;
- Pagamento das taxas do cartório, quando houver;
- Extrato do estatuto com um resumo dos principais pontos, às vezes os cartórios solicitam que se apresente a Publicação no Diário Oficial destes extratos, outros publicam simultaneamente.

2.5 Prestação de contas de Organizações do Terceiro Setor

A prestação de contas para as Organizações do Terceiro Setor que possuem certificações/titulações segundo Monser (2011, p. 34) é considerada a principal das obrigações acessórias para o seguimento, pois é ela que determina a renovação das parcerias estabelecidas entre órgãos do governo e estas entidades.

Em se tratando de prestação de contas, a contabilidade para estas organizações torna-se ainda de maior importância, pois com as informações econômico-financeiras sobre seu patrimônio corretas fica mais segura a prestação destas informações aos órgãos "parceiros". Segundo Moraes (2014 texto digital),

“Em decorrência do farto material legislativo aplicável às entidades que, embora obtenham algumas isenções tributárias e a forma pública de seu financiamento, além de se beneficiarem de aporte financeiros via doações do setor privado, com incentivos fiscais para o doador, faz-se necessário a prestação de contas de suas atividades aos seus financiadores. Qualquer deslize pode ser fatal”.

Para Cruz (2002) apud Magnus, a Entidade “deve mostrar claramente para os doadores e para a sociedade não apenas de onde vieram os recursos, mas também como o dinheiro foi aplicado, qual o benefício social gerado e que práticas podem ser multiplicadas”.

Algumas fontes de Recursos podem assim serem definidas:

- Contribuições – “transferências correntes ou de capital, previstas na lei orçamentária ou especial, concedidas por entes governamentais a autarquias e fundações e a entidades sem fins lucrativos [...]” (BRASIL, NBC T 19.4, item 19.4.2.1).
- Doações – “transferências gratuitas, em caráter definitivo, de recursos financeiros ou do direito de propriedade de bens, com finalidade de custeio, investimento e imobilizações, sem contrapartida do beneficiário”. (BRASIL, NBC T 19.4, item 19.4.2.1).
- Subvenções – “contribuição pecuniária, prevista em lei orçamentária, concedida por órgãos do setor público a entidades públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e o custeio destas, com ou sem contraprestação de bens ou serviços da beneficiária dos recursos” (BRASIL, NBC T 19.4, item 19.4.2.1).

Nas Associações Atléticas não pode ser diferente, pois cada associado tem o direito de saber onde está sendo investida a sua mensalidade que é a contribuição que este paga à Associação para manutenção e melhorias do Patrimônio.

2.6 Controles internos

Toda Organização almeja se tornar competitiva e estar inserida em um mercado de concorrência em que ela possa ser autossustentável, porém para isso ocorrer ela deve possuir controles capazes de gerar dados seguros e identificar problemas.

Esta situação não é diferente em uma entidade sem fins lucrativos onde o controle financeiro é de fundamental importância para uma eficiente utilização dos recursos e aplicações disponíveis, pois estas também possuem patrimônio e recursos financeiros vindos de contribuições, doações, subvenções ou campanhas para arrecadação de fundos para investimentos na própria entidade.

Para Magnus (2007 – texto digital) estas informações devem retratar a realidade da organização, serem legítimas e, portanto, confiáveis. Uma organização sem os controles devidamente implantados não tem como mensurar e apresentar para os seus associados, no caso do estudo em questão, os dados corretos em relação ao patrimônio da empresa, os seus gastos decorrentes de investimentos para a finalidade a que se destina e não tem como saber se ao final de um período obteve superávit ou déficit em suas contas.

Magnus (2007, p. 21 – texto digital) diz que toda empresa, sem se importar com o porte, precisa organizar suas finanças e para isso deve implantar um controle efetivo sobre elas, sendo o Fluxo de caixa uma ferramenta de grande relevância para a Organização sendo ela com finalidade de lucros ou sem.

Conforme Assaf Neto, Silva apud Magnus (2007, p. 21 – texto digital): “Conceitualmente o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo”.

Portanto com base nestes registros a organização poderá programar as suas necessidades financeiras bem como fazer as aplicações com os possíveis excedentes de caixa de forma a obter o retorno para investir novamente em seu patrimônio ou saldar dívidas de acordo com as suas necessidades.

Outro controle importante, segundo Magnus (2007, p. 24 e 25 – Texto digital) é o Controle Bancário, pois segundo a autora:

“O controle eficiente dos valores movimentados por meio das contas bancárias pertencentes à organização é extremamente importante. Por meio deste controle tem-se uma visão dos valores recebidos por meio de depósitos em conta, valores pagos por meio de cheques, valores transferidos para outras contas, saques de dinheiro, etc”.

Conforme Almeida apud Magnus (2007, p. 25 – texto digital), o controle bancário é o conjunto de operações de registro, que tem por objetivos controlar o movimento financeiro da empresa, analisar e conferir, individualmente, as operações efetuadas junto aos estabelecimentos bancários.

Portanto trata-se não só de uma ferramenta, mas de um controle financeiro extremamente importante para a Organização.

Mais um controle que deve ser considerado para as organizações é o Contas a Receber, pois conforme Gitman apud Magnus (2007, p. 24 e 25 – Texto digital) “A administração de duplicatas a receber é um dos maiores problemas financeiros com que se deparam as pequenas empresas. Em geral, não têm o pessoal nem os meios necessários para tomar decisões de crédito com base em informações seguras”.

2.7 O Lazer nas Associações Atléticas

O Lazer proporcionado pelas Associações Atléticas é uma das vantagens que algumas associações oferecem para seus Associados, pois outras vantagens que também são conhecidas como, por exemplo, preços diferenciados em promoções organizadas pelas diretorias, eventos esportivos e outros eventos exclusivos a sócios, fazem a diferença na manutenção e fidelização destes sócios às suas Associações, sem contar a integração e a convivência em grupo que lhes são proporcionados.

A palavra Lazer segundo Bramante (1998 – texto digital), que é um dos estudiosos que há muitos anos analisa o lazer, conceitua-se da seguinte forma:

"O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se a um ato de fé. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômico e influenciados por fatores ambientais."

Bramante (1998 – texto digital) destaca em seu texto ainda que com o crescente estudo do lazer durante os anos 70 foi incorporado ao binômio tempo/atividade um atributo principal na conceituação de lazer: o caráter de atitude do indivíduo que vive e torna o lazer antes de tudo algo muito pessoal e com alguns atributos básicos como a criatividade e o prazer.

Porém antes mesmo de a pessoa poder se dedicar ao lazer ela precisa dispor de tempo e se libertar de obrigações sociais e de trabalho para usufruir deste “tempo livre” como habitualmente o lazer também é denominado por alguns, happy hour por outros ou até mesmo, momento de ficar “sem fazer nada” como alguns também assim os encaram.

Segundo Werneck apud Riede (2002, pg. 32) primeiramente o ócio era relacionado ao lazer e significava para os gregos a abnegação às tarefas de trabalho, condições estas que eram propícias à contemplação à reflexão e à sabedoria, sendo esta ligação também não somente ao lazer, mas à educação. Para Aristóteles, por exemplo, uma civilização era passível de avaliação pela sua capacidade de estimular o lazer o que, em minha opinião já demonstrava a importância de se poder “fazer” o lazer.

E ainda segundo Werneck apud Riede (2002, pg. 21) o lazer pode ser classificado como: um direito social, em princípio proveniente de conquistas dos trabalhadores por um tempo legalmente regulamentado. Também uma possibilidade de produção de cultura por meio da vivência de diferentes conteúdos que se mobiliza pelo desejo e permeiam pelos sentidos de liberdade autonomia, criatividade e prazer que se constrói coletivamente.

2.8 Estudos Relacionados

Este subcapítulo destaca alguns trabalhos que se relacionam ao tema proposto para esta pesquisa e que possuem grande relevância para as entidades do terceiro Setor.

Destaca-se o estudo de Antonio Sergio Riede (2002) cujo tema é “Fatores críticos de sucesso na Gestão das AABBS – Associações Atléticas Banco do Brasil”. Este trabalho teve como objetivo identificar os fatores críticos de sucesso na

gestão das AABBs e a metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo com um questionário direcionado aos Associados, um ao Administrador do Banco do Brasil e outro ao Dirigente de AABB. Foi selecionada uma amostra composta por 200 AABBs num universo de 1267 entidades. O número de pessoas pesquisadas foi de 200 presidentes de conselhos de administração, 200 gerentes gerais de agências do Banco do Brasil e uma amostra de 500 associados num total de 900 pessoas, no ano de 2002.

Os resultados encontrados por Antonio Sergio Riede (2002) indicam que o sucesso das Associações do Banco do Brasil está associado à utilização de uma gestão do tipo social que caminhe numa direção de uma racionalidade comunicativa e de uma ação gerencial dialógica, mas enfatiza que é preciso que constantemente se busque alternativas para a melhoria e o conhecimento constantemente aperfeiçoados.

Outro estudo que também pode ser destacado é o da autora Cristina de Oliveira Magnus (2007) cujo tema é: “Controle Interno Financeiro em uma Entidade sem fins Lucrativos” que teve como objetivo verificar os controles internos de uma Associação de Classe localizada na grande Florianópolis. A metodologia aplicada foi uma pesquisa descritiva onde a autora analisa os controles internos financeiros da mesma: fluxo de caixa, contas a receber, contas a pagar e bancos. A finalidade foi a de verificar como são utilizados e também se estes são adequados às necessidades da organização em estudo.

Nos resultados encontrados por Cristina de Oliveira Magnus (2007) ficou evidente que a Associação de Classe pesquisada não utiliza todas as informações geradas pelo setor financeiro por ela não estar adequada ao atendimento de suas necessidades ocasionando a falta de um controle mais eficiente quanto a previsão de valores excedentes que poderiam, por exemplo, ser reinvestidos na própria entidade ou ainda aplicados.

3 METODO

Neste capítulo foi abordado a forma como pesquisa se desenvolveu, quais os métodos que foram utilizados e como ao final da pesquisa os dados foram tratados, sendo que este estudo foi direcionado às Associações Atléticas que são entidades que compõem o Terceiro Setor.

3.1 Tipos de pesquisa

De acordo com Beuren (2006, p. 79) dentre os tipos de pesquisa mais adequados aplicáveis a Contabilidade, estes se dividem em três categorias: quanto aos objetivos (exploratória, descritiva e explicativa), quanto aos procedimentos (estudo de caso, levantamento, pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental) e quanto à abordagem do problema (pesquisa qualitativa e quantitativa).

3.1.1 Abordagem quanto aos fins ou objetivos

O presente trabalho, quanto aos fins ou objetivos, foi uma pesquisa exploratória, pois de acordo Beuren (2006, p. 80) é muito utilizada quando se há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio deste estudo busca-se maior profundidade no assunto procurando torna-lo mais claro e construindo-se questões para a condução da pesquisa.

Para Beuren (2006, p. 80):

“Uma característica interessante da pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Portanto para esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Para Andrade apud Beuren (2006, p. 80) ao se referir a uma pesquisa exploratória devem ser ressaltadas algumas finalidades que são primordiais como: proporcionar maiores informações sobre ao assunto que se vai investigar, facilitar a delimitação do tema de pesquisa, orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses, ou ainda descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto.

Porém na pesquisa descritiva, a qual também foi objeto deste trabalho, segundo Gil apud Beuren (2006, p. 81) tem como principal objetivo descrever as características de um determinado fenômeno ou população ou ainda estabelecer relações entre as diversas variáveis.

Beuren (2006, p. 81) cita ainda que a pesquisa descritiva é um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar quanto a primeira nem tão detalhada quanto a segunda, descrever neste contexto significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

Para Andrade apud Beuren (2006, p. 81) a pesquisa descritiva ocupa-se em observar fatos, registra-los, classifica-los e interpreta-los sem que o pesquisador manipule os mesmos.

Ainda segundo Triviños apud Beuren (2006, p. 81) este tipo de pesquisa exige do pesquisador uma delimitação precisa das técnicas e métodos que serão utilizados tanto na coleta quanto na interpretação dos dados e também na amostra selecionada, pois é esta delimitação que irá conferir a validade científica à pesquisa.

3.1.2 Procedimentos e meios de pesquisa

Quanto aos meios de pesquisa este trabalho utilizou um questionário com perguntas fechadas voltado aos diretores ou Administradores das Associações Atléticas e a alguns associados de cada entidade.

Antes da pesquisa propriamente dita foi realizado um pré-teste em duas Associações Atléticas para análise e validação da ferramenta de pesquisa denominada questionário sendo a partir daí selecionada a amostra das Associações que serão pesquisadas. Este pré-teste foi realizado em duas Associações que não constam na análise desta pesquisa, pois foi feito para validar a ferramenta e não para utilizar em análises de dados.

Conforme define Gil apud Beuren (2006, p. 130) o questionário é uma técnica de investigação composto por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e as situações vivenciadas.

3.1.3 Abordagem qualitativa e quantitativa

Este trabalho adota a forma de abordagem do problema como uma pesquisa qualitativa e quantitativa denominada de qualiquantitativa, pois conforme Beuren (2006, p. 92) na pesquisa qualitativa são feitas análises mais profundas em relação aos fenômenos que estão sendo estudados e visa destacar as características que não são observadas em uma pesquisa quantitativa, haja vista a sua exterioridade.

Para Richardson apud Beuren (2006, p. 92) a principal diferença entre uma abordagem qualitativa e quantitativa reside no fato de a abordagem qualitativa não empregar um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema. Na abordagem qualitativa, não se pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas.

Na pesquisa quantitativa usa-se o emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta de dados quanto no tratamento destes. Para Richardson apud Beuren (2006, p. 92):

“caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas como coeficientes de correlação, análise de regressão, etc”.

A pesquisa é quantitativa na medida em que são feitas comparações de dados numéricos entre as Associações Atléticas que foram pesquisadas e qualitativa referente a qualidade dos dados que foram coletados.

3.2 Coleta de dados

Segundo Lakatos e Marconi apud Beuren (2003, p. 118), a coleta de dados é a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”.

Os dados para a pesquisa foram obtidos através de um questionário com 19 perguntas fechadas e 2 abertas direcionados aos membros das diretorias ou administradores e um outro questionário destinado aos sócios das Associações Atléticas com 17 perguntas fechadas e 2 abertas do amostral de Associações Atléticas que serão foco deste trabalho.

3.3 Análise dos dados

Para realizar a análise dos dados o presente trabalho utilizou o *Software Microsoft Excel* e outras ferramentas que foram necessárias como o *Software Microsoft Word* para a compilação e o detalhamento dos dados coletados. Ademais os dados foram analisados através de técnicas da estatística descritiva visando também investigar a consistência das respostas apresentadas.

De acordo com Martins apud Beuren (2006, p. 56-57) nesta etapa do trabalho “o investigador irá classificar os dados, dando-lhes ordem ou colocando-os nas diversas categorias, segundo critérios que facilitem a análise e interpretação em face dos objetivos da pesquisa”.

Conforme Gil apud Beuren (2006, p. 57) a análise e a interpretação dos dados aparecem na pesquisa estreitamente relacionados:

“a análise tem como objetivo organizar e sumarizar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos”.

A análise dos dados passa por fases distintas após o processo de coleta, pois segundo Lüdke e André apud Beuren (2006, p.137) consiste num primeiro momento na organização do material coletado, dividindo-o em partes relacionadas e procurando identificar tendências ou padrões relevantes. Em uma segunda fase

estas tendências e padrões devem ser reavaliados buscando relações de interferência em um nível de abstração maior.

3.4 Limitações do método

Pelo pouco tempo para a aplicação do método e pelo baixo retorno dos questionários a amostra poderá não apresentar a exatidão da realidade das entidades pesquisadas, pois não serão pesquisados 100% dos associados, distorções no sentido de que algum associado descontente venha a fornecer informações que não condizem com a realidade das Associações Atléticas pesquisadas podem ocorrer ou ainda distorções pela falta de seriedade de algum associado ou presidente que possa fornecer dados que venham a distorcer a tabulação destas informações.

No entanto as Associações pesquisadas são muito semelhantes em porte, número de associados e funcionamento o que acredita-se que a amostra seja de grande valia para as comparações e conclusões a cerca desta pesquisa.

3.5 Tratamento dos dados

O tratamento dos dados coletados foi realizado a partir do *software Excel* com a tabulação dos mesmos, foram realizadas comparações entre as respostas das Associações, gráficos e tabelas para análise e ainda cruzamentos de informações entre as respostas dos questionários aplicados aos Diretores/Administradores e as respostas dos questionários aplicados aos Associados para que se possa ter uma ideia de como estes veem a sua Associação.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta dos dados foi realizada a partir de uma pesquisa junto aos Diretores/Administradores das Associações com um questionário específico a estes e um questionário específico a uma amostra dos Associados. Posteriormente será feito o cruzamento de informações com questões chave, comuns aos dois questionários e a comparação entre as respostas das diferentes Associações. O questionário dos Diretores/Administradores é composto por 21 questões sendo 19 objetivas e 2 subjetivas. O questionário dos Associados é composto por 19 questões sendo 17 objetivas e 2 subjetivas.

A seguir apresenta-se a descrição das Associações pesquisadas e a análise dos questionários após tabulação dos dados. Conforme respostas obtidas a interpretação foi feita sempre em relação às respostas que se destacaram, ou seja, as que tiveram maior indicação percentual, principalmente as que ficaram na primeira e na segunda colocação.

4.1 Descrição das Entidades pesquisadas

As Associações Atléticas que foram pesquisadas são do vale do Taquari dos municípios de Estrela e Teutônia sendo duas entidades de Estrela e uma de Teutônia. Estas serão aqui denominadas de Associações “A”, “B” e “C”. Todas têm características muito parecidas e estão vinculadas a uma entidade maior, ou seja, outra empresa. Uma característica que chama a atenção é o número de associados. A Associação Atlética “A” possui 240 associados, a Associação “B” 210 associados e a Associação “C” 238 associados. Pode-se dizer assim que em termos de sócios, estas são do mesmo porte. As três possuem uma sede física (campestre/social) e a

área, segundo seus Dirigentes, é própria destacando-se aí mais uma semelhança entre estas entidades.

Para Associação “A” os questionários foram enviados para 33% dos seus associados, ou seja, para 80 respondentes sendo que o retorno dos mesmos foi de 36% mais as respostas do presidente da Associação.

Para a Associação “B” os questionários foram enviados a 14% dos seus associados, ou seja, para 30 respondentes sendo que o retorno dos mesmos foi de 33% mais o retorno do presidente da Associação.

Para a Associação “C” os questionários foram enviados para 13% dos seus associados, ou seja, para 30 respondentes sendo que o retorno dos mesmos foi de 43% mais o retorno do presidente da Associação que também contribuiu com a sua opinião.

4.2 Retorno dos Diretores/Administradores

Neste subcapítulo foram apresentadas algumas respostas dos Diretores/Administradores que não foram transformadas em tabelas ou gráficos, mas que cabe o registro pela importância das respostas para poder se chegar a alguma conclusão após as análises.

Algumas considerações importantes levantadas nos questionários dizem respeito à similaridade entre as Associações, pois viu-se que a questão número de Associados torna-se muito relevante para as análises, outro fator importante é que as três entidades possuem área própria com até cinco anos de formação. Este fato demonstra um amadurecimento em relação à experiência de lazer vivenciado pelas por estas. As três possuem uma empresa terceirizada para oferecer os serviços de economato legalizada via contrato de prestação de serviços demonstrando aí a seriedade e a preocupação com que os serviços são prestados aos associados e garantindo também que não haja vínculo empregatício entre economato e Associação para também não ser necessário o recolhimento do PIS/Pasep sobre a folha de pagamento conforme determinado em lei.

Em relação à questão que trata da percepção dos Associados em relação aos eventos organizados pela Diretoria, o Diretor de “A” respondeu que os sócios “Apenas participam das promoções/eventos” e “Poucas vezes” indicam a sua opinião na organização destes eventos podendo ser este um fator limitador para promoção de mais eventos ou de eventos que agradem os seus sócios. O Diretor de “B” indicou que seus Associados “Participam com sugestões e ideias” e complementou que muitas vezes os Associados indicam a sua opinião na organização de eventos o que pode ser um indicativo de um maior número de eventos promovidos por esta Associação como a seguir será analisado. O Diretor de “C” também indicou que os sócios “Apenas participam das promoções/eventos” complementou que poucas vezes seus sócios opinam na organização de promoções/eventos, mas os números em relação aos eventos promovidos são muito bons em relação às demais Associações como será observado na figura 7.

Conforme os diretores destas Associações todas as três entidades pesquisadas possuem registro legal e constituído em assembleia geral como citado no subcapítulo 2.4.2 “Roteiro para constituição e Registro de Associações” deste trabalho, isso demonstra a seriedade que se deve ter quando se deseja obter o sucesso em uma organização ou entidade na condução de seus negócios e também para com as pessoas associadas.

4.3 Diretores x Associados

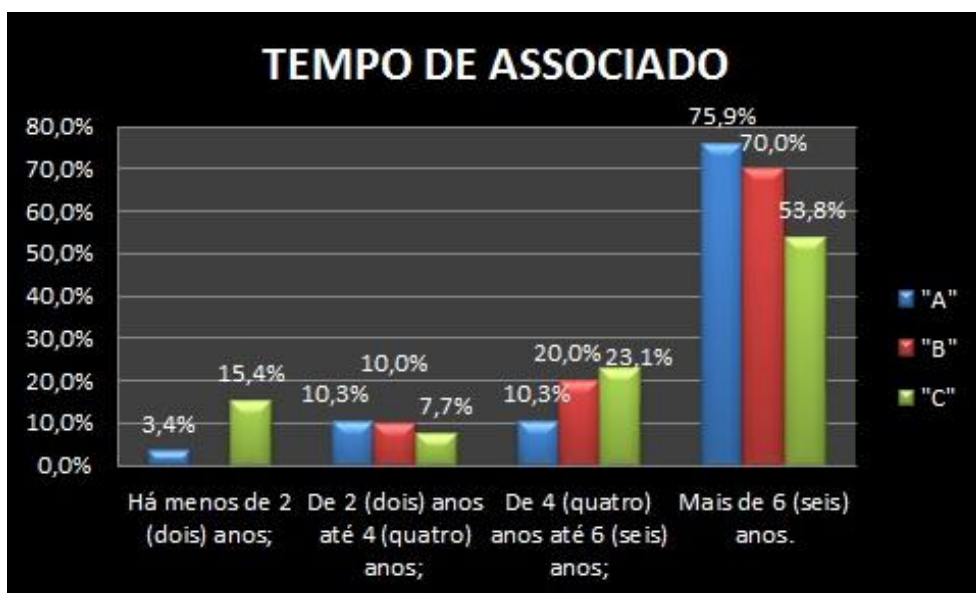
Este subcapítulo mostrou comparativos entre as respostas dos Diretores e dos Associados e análises comparativas entre as respostas dos associados listando o grau de satisfação em relação aos serviços que as Associações prestam aos seus associados.

4.3.1 Tempo de Associado x Tempo na Direção das Associações

O fator tempo de casa aqui denominado Tempo de Associado pode demonstrar muitos fatos. Um destes é o que demonstra o tempo que essa pessoa (Associado) pertence à Associação, mas pode também demonstrar o tempo que o Associado trabalha na entidade que está por trás da Associação no caso das associações pesquisadas.

A figura 6 mostra o tempo de associado por cada entidade pesquisada.

Figura 6 - Tempo de Associado por entidade pesquisada.



Fonte: Do Autor

Pode-se verificar que nas três Associações a maioria dos associados tem mais de seis anos de casa com 75,9% na Associação "A", 70% na "B" e 53,8% na "C" o que demonstra certa fidelização às entidades e também demonstra a pouca rotatividade nas empresas por onde estes associados trabalham, mas este fator pode ser um indicativo também de que é preciso que se incentive a entrada de mais sócios para que possa haver a renovação destes e com isso garantir assim a continuidade e o sucesso das mesmas.

Já referente aos Diretores o tempo à frente às Associações não se repetiu em nenhum caso conforme a tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Tempo à frente a Direção da Associação

Respostas	ASSOCIAÇÕES		
	"A"	"B"	"C"
Há menos de 1 (um) ano;		X	
De 1 (um) ano até 3 (três) anos;			
De 3 (três) anos até 5 (cinco) anos;			X
Mais de 5 (cinco) anos.	X		

Fonte: Do Autor

Para o Diretor da Associação “A” o tempo à frente a entidade é de mais de cinco anos, o tempo do presidente da “B” é menos de um ano e o da “C” de no máximo cinco anos. A Associação “A” já está registrada há 26 anos e a “C” não mencionou o tempo exato de registro. O mais curioso é que a Associação que é a mais antiga, a “B” conforme citado em questionário possui mais de 50 anos de registro, é a que tem o Diretor com menos tempo a frente da Associação o que pode indicar que a política da entidade seja de renovação da presidência de tempos em tempos ou que não houve mais interesse por parte do antigo presidente para continuar à frente da entidade ou ainda que por pedido dos sócios foi realizada uma nova eleição para Diretor em assembleia. Essa questão não ficará respondida até por que não é objeto de estudo deste trabalho, mas fica a sugestão para a realização de outros estudos.

4.4 Frequência dos sócios nas Associações x melhoria no atendimento do ecônomo x eventos

Neste subcapítulo foram comparadas algumas questões que se assimilam e se interligam, pois tratam da frequência dos sócios à sede campestre, dos serviços prestados pelo ecônomo e da frequência de eventos promovidos pela diretoria obtendo-se os seguintes resultados na tabulação dos dados:

Tabela 2 – Frequência na sede da Associação

Respostas	ASSOCIAÇÕES		
	"A"	"B"	"C"
Pelo menos uma vez por semana;	3,6%	0%	0%
Frequentei a Associação pelo menos uma vez nos últimos 30 dias;	28,6%	50%	30,8%
Pelo menos uma vez por mês;	25,0%	20%	61,5%
Há mais de um mês eu não frequento a Associação	42,9%	30%	7,7%

Fonte: Do Autor

Conforme a tabela 2 pode-se verificar que na Associação “A” 42,9% dos Associados não frequentam a sua sede campestre a mais de um mês, na “B” 50% dos sócios frequentou pelo menos uma vez nos últimos 30 dias e na “C” 61,5% deles frequentou pelo menos uma vez por mês. A associação que mais chama a

atenção é a “A”, pois a baixa frequência em sua sede campestre pode estar diretamente relacionada à questão que envolve “Melhorias no atendimento do ecônomo” perguntado na questão número dez e analisada conforme a tabela 3.

Na análise verifica-se que 70,4% dos respondentes da “A” disseram que o ecônomo “Poderia organizar algum evento para atrair um maior movimento à Associação” o que leva a crer que este pode ser um dos fatores no sucesso ou insucesso de uma Associação Atlética e pode estar diretamente ligado a baixa frequência de seus sócios, sendo este índice de grande relevância para alguma tomada de decisão na questão de melhorias para a Associação.

Em relação ainda à frequência nas sedes, as outras duas Associações apresentaram os seguintes resultados: “B” obteve nas respostas 50% de seus sócios frequentando a sede pelo menos uma vez nos últimos 30 dias o que não é um índice ruim, pois é certo que houve uma frequência, diferente, por exemplo, de “A” que obteve 42,9% das respostas afirmando que não frequentaram a associação há mais de um mês. A “B” também obteve no fator “Melhoria no atendimento do ecônomo” um número de bastante relevância, pois 90% dos sócios respondentes indicaram que o ecônomo “Poderia organizar algum evento para atrair um maior movimento à Associação”, o que demonstra a preocupação com a manutenção da Associação pelos sócios frequentadores da sede campestre desta Associação.

Tabela 3 – Melhorias no atendimento do ecônomo

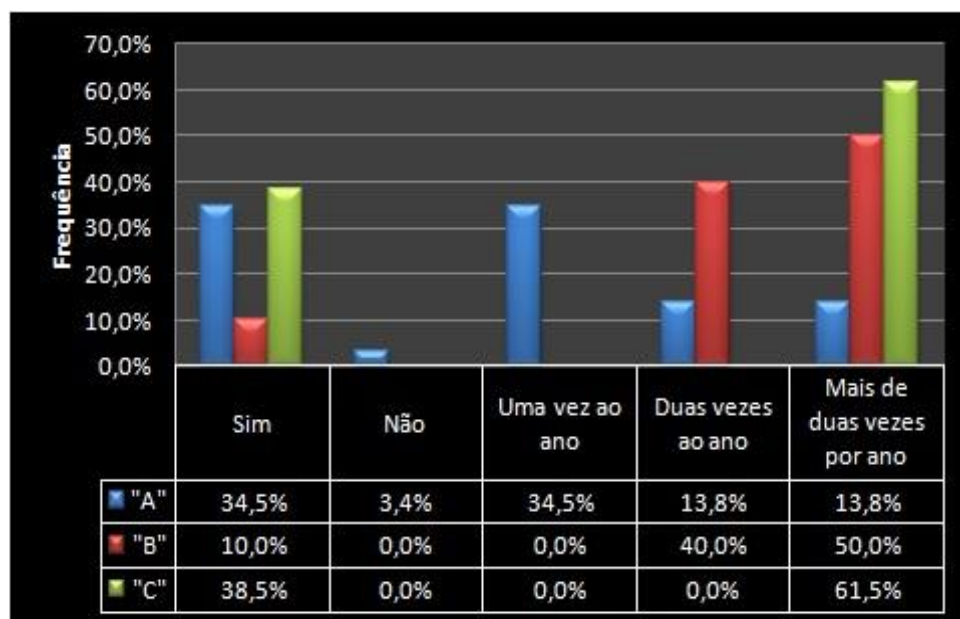
Respostas	ASSOCIAÇÕES		
	"A"	"B"	"C"
Poderia melhorar o atendimento aos Associados	11,1%	0%	23,1%
Poderia melhorar os preços cobrados	11,1%	10%	15,4%
Poderia melhorar a limpeza dos ambientes	7,4%	0%	38,5%
Poderia organizar algum evento para atrair um maior movimento à Associação	70,4%	90%	23,1%

Fonte: Do autor

Quanto a Associação “C” em que 61,5% dos sócios frequenta pelo menos uma vez por mês a sede, a tabela 3 demonstrou um resultado de 38,5% com a resposta: “Poderia melhorar a limpeza dos ambientes” como o maior índice de indicações por seus sócios. Também recebendo um número considerável 23,1% de indicações, para a resposta: “Poderia organizar algum evento para atrair um maior movimento à Associação”, ou seja, também foi manifestado em um bom número que os sócios gostariam, de mais algum evento conforme as outras duas Associações, porém com menor expressão.

Pode-se concluir nesta análise então que a frequência dos sócios na sede da Associação pode estar ligada diretamente aos eventos nela organizados, pois como pôde ser observado na tabela 3 “Melhoria no atendimento do ecônomo”, há certo descontentamento dos Associados das três Associações que frequentam a Associação indicando que a questão “Frequência na organização de eventos” vai de encontro a estas afirmações, pois conforme se pode visualizar na figura 7 abaixo a frequência com que os eventos ocorrem é muito baixa nas associações “A” e “B” sendo a Associação “C” o destaque positivo entre elas nesta questão, pois organiza “Mais de 2 eventos por ano” apresentando um índice de 61,5% das indicações dos sócios, demonstrando também uma frequência à sede muito boa, 61,5%, ou seja, pelo menos uma vez por mês conforme tabela 2, ficando mais uma vez demonstrado que Frequência à sede está diretamente ligada a promoção de eventos.

Figura 7 - Frequência na organização de eventos aos Associados



Fonte: Do Autor

A figura 7 demonstra que 34,5% dos associados da Associação "A" indicam que apenas uma vez ao ano é organizado algum tipo de evento na Associação o que pode ter, conforme visto anteriormente, influência direta na questão frequência da sede campestre. Nas respostas dos questionários da "A" um associado respondeu a opção "Não" na questão promoção de eventos, e escreveu no questionário devolvido que não lembrava se eram organizados eventos na associação e por essa razão optou pelo "Não" alterando este índice para 3,4% o que não indica uma verdade, pois todos os demais, 97,6% dos respondentes indicaram que existem eventos organizados pela Associação indiferentemente do número de vezes.

As Associações "B" e "C" destacam-se por um maior percentual na organização de eventos conforme indicação dos associados, 50,0% e 61,5% respectivamente o que indica também uma maior frequência à sede com 50,0% e 61,5% respectivamente e, por coincidência, os mesmos percentuais que foram alcançados na organização de eventos.

4.5 Fatores de Sucesso na questão Lazer – Associados e Dirigentes

O Lazer é um dos benefícios que as Associações oferecem aos seus sócios e este se torna um fator de grande relevância a ser analisado, para tanto foi questionado aos Associados e aos Diretores/Administradores das entidades na questão de número 4 e 7 respectivamente sobre qual das razões eles considerariam a de MAIOR SUCESSO na questão lazer para os Associados. A análise foi feita conforme segue:

Tabela 4 – Fator de maior Sucesso na questão Lazer aos Associados

Respostas	ASSOCIADOS			DIRIGENTES	Média
	"A"	"B"	"C"	A, B e C	
A Associação é muito bem localizada e de fácil acesso	24,1%	10,0%	7,7%	0%	10,5%
A Associação possui instalações físicas que suprem a necessidade dos seus sócios;	55,2%	90,0%	61,5%	67,0%	68,4%
A Associação promove eventos que superam as expectativas dos seus associados;	3,4%	0%	15,4%	33,0%	13,0%
A Associação tem uma administração bem estruturada e responsável para com os seus associados.	17,2%	0%	15,4%	0%	8,2%

Fonte: Do Autor

Na interpretação das repostas da tabela 4, um aspecto ficou muito evidente, a maioria dos associados e também a maioria dos dirigentes considera que o maior fator de Sucesso na questão Lazer para os associados é que: “A Associação possui instalações físicas que suprem a necessidade dos seus sócios” com uma média de respostas de 68,4%. Tal dado demonstra o amadurecimento destas Associações na questão promoção ao lazer enquanto que em segundo lugar entre as respostas tabuladas, ficou a resposta: “A Associação promove eventos que superam as expectativas dos seus associados” com 13% das respostas na média o que também pode ser considerado de grande relevância como o sucesso ao lazer proporcionado tornando mais atrativas a frequência à sede da Associação e a terceira opção, também calculada por média, ficando com 10,5% dos votos foi a resposta: “A Associação é muito bem localizada e de fácil acesso” mostrando que a localização

também é um fator que promove o sucesso e a frequência às Associações e mostrando ser de grande relevância para o sucesso das Associações. E na última colocação e não menos importante que as demais com 8,2% na média das votações conforme respostas: “A Associação tem uma administração bem estruturada e responsável para com os seus associados” demonstrando que apesar de ser a resposta menos votada é também interpretado que a Administração das Associações vem fazendo muito bem o seu trabalho e através de suas ações principalmente na questão lazer por ser de grande relevância.

4.5.1 Classificação do Lazer segundo os Associados x Dirigentes

Nesta análise foi avaliada a opinião dos Associados e dos Dirigentes das três Associações Atléticas em relação ao conceito atribuído por estes, à questão Lazer que a sua Associação lhes proporciona. Para fazer esta análise além das comparações entre as respostas dos Associados com as dos Dirigentes, foi estabelecido um comparativo com o índice que foi tratado na tabela 4 que indica “O fator de maior sucesso na questão lazer aos Associados” e a análise segue abaixo.

Tabela 5 – Lazer segundo os Associados x Dirigentes

Respostas	ASSOCIAÇÕES			DIRIGENTES	Media Associados
	"A"	"B"	"C"	A, B e C	
Regular	6,9%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%
Bom	72,4%	10,0%	33,3%	33,3% ¹	38,6%
Muito Bom	17,2%	60,0%	50,0%	66,7% ²	42,4%
Excelente	3,4%	30,0%	16,7%	0,0%	16,7%

Fonte: Do Autor

Em uma visão geral se percebe que o lazer proporcionado pela Associação segundo os próprios Associados ficou com um índice de indicação “Muito Bom” com uma média de 42,4% das respostas enquanto que 66,7% dos dirigentes responderam com a mesma indicação.

Destaca-se, não negativamente, mas com certo grau de atenção que a Associação “A” obteve o seu maior índice para a resposta “Bom” com 72,4% das

¹ Indicação feita pelo Diretor/Administrador da Associação “C”

² Indicação por um Diretor/Administrador da Associação “A” e por outro da “B”

indicações divergindo da indicação dos dirigentes e da média dos Associados, o que indica possivelmente que os dirigentes da Associação “A” podem estar conceituando este lazer de uma forma que não representa a realidade para a maioria dos seus Associados sendo necessário como sugestão de melhoria, uma maior atenção para este ponto.

Como destaque positivo pode-se citar neste quesito a Associação “B” que obteve 60% das indicações para a resposta: “Muito Bom” e 30,0% para a opção Excelente indicando que o lazer para estes Associados está em um nível muito satisfatório e em seguida a “C” com 50,0% dos votos no conceito “Muito Bom” e 33,3% “Bom” e ainda 16,7% destes consideram “Excelentes” o lazer proporcionado por esta Associação sendo ela o destaque neste quesito, o que leva a crer que a questão eventos promovidos por esta Associação, está em um nível muito satisfatório ou que o simples fato de a sede campestre existir e estar disponível para os sócios, está de acordo com as suas necessidades e expectativas.

Estas avaliações vão de encontro com a questão anteriormente analisada na tabela 4 que mediu o fator de maior sucesso na questão lazer visto por Associados e Dirigentes, o que me leva a crer que o fator “A Associação possui instalações físicas que suprem a necessidade dos seus sócios” que foi a mais indicada, possui ampla significância ao proporcionar o grande momento de lazer aos Associados e com isso um dos grandes fatores de sucesso nestas Associações.

4.6 Pontos Positivos e Pontos Negativos segundo os Associados

Em relação à visão dos Associados foi-lhe dada a oportunidade em duas questões abertas, as de número 15 e 16, de elencarem pontos positivos e pontos negativos de suas Associações e logo após tabulação dos dados, os mais citados foram compilados e demonstrados logo abaixo conforme as tabelas 6, 7 e 8 separadas por Associação.

Tabela 6 – Pontos Positivos e Pontos Negativos segundo os Associados de “A”

Associação "A" - Associados			
Pontos Positivos	%	Pontos Negativos	%
Estrutura Física/Espaço físico	43,4%	Poucos eventos	16,9%
Boa localização/Local de fácil acesso	15,8%	Distancia	13,6%
Gestão de confiança/receitas bem administradas	10,5%	Pouca sombra/Pouca sombra nas piscinas	11,9%
Atendimento do ecônomo/ organização/limpeza	7,9%	Custo/Valores altos para sócios	10,2%
Baixo custo /preços diferenciados	5,3%	Limpeza/manutenção/ Organização	10,2%
Outros de 1% a 3%	17,1%	Pouco empenho do ecônomo	8,5%
		Salões não são climatizados.	6,8%
		Outros 2% a 5%	22,0%

Fonte: Do Autor

Para os Associados de “A”, pontos em comum como a “estrutura física” e a “localização”, citados anteriormente, apareceram novamente nas questões abertas, sendo estes fatores comuns conforme já explanadas (tabela 4), mostrando que há coerência entre as respostas dos respondentes.

Como se percebe acima o fator mais citado foi “Estrutura Física/Espaço físico” com 43,4% das indicações sendo este, o principal ponto positivo para esta Associação o que mostra que esta questão é muito importante na opinião da maioria dos Associados, pois já havia surgido na tabela 4 também como a maior indicação com 55,2%. Como segunda indicação surge o fator “Boa localização/Local de fácil acesso” com 15,8% confrontando com o que foi respondido conforme a tabela 4 onde há a indicação pelos sócios como o Fator de maior Sucesso na questão lazer sendo citada na segunda colocação com 24,1% dos respondentes.

Foram citados também outros pontos positivos pelos associados como: a “Gestão de confiança/receitas bem administradas” com 10,5% das indicações, “Atendimento do ecônomo/ organização/ limpeza” com 7,9%, o Baixo custo /preços diferenciados com 5,3% dos pontos positivos citados e ainda agrupados os pontos aqui nominados de “Outros de 1% a 3%” com 17,1% que contemplam outros pontos que foram menos citados e surgem na tabulação dos dados com percentuais que

não ultrapassaram os 3% (amizade, integração, administração participativa, ecônomo conhecido, preços justos, etc.).

Para os pontos negativos foram citados nas primeiras posições o fator “Poucos Eventos” com 16,9% das indicações e a “Distancia” com 13,6% sendo estes pontos confrontantes com a questão Frequência na sede da Associação tratada na tabela 2 e Melhorias no atendimento do ecônomo conforme a tabela 3, pois são pontos que tiveram muitas indicações como melhorias que deveriam ser observadas pelos Diretores/Administradores. Ainda conforme o figura 7 os poucos Eventos promovidos na Associação podem ter sido um dos motivos para as indicações como Ponto Negativo e consequentemente a baixa frequência à sede da Associação.

Outros pontos negativos, não menos relevantes, mas com menos indicações são: “Pouca sombra/Pouca sombra nas piscinas” com 11,9%, “Custo/Valores altos para sócios” com 10,2%, “Limpeza/manutenção/ Organização” também com 10,2% “Pouco empenho do ecônomo” com 8,5%, “Salões não são climatizados” 6,8% e “Outros 2% a 5%” que contemplam outros pontos negativos citados e apareceram na tabulação dos dados com percentuais que não ultrapassaram os 5% (estrutura de banheiros, acessibilidade, sede não tem academia, etc).

Em relação a Associação “B” muitas semelhanças surgem com a “A” pois os pontos apontadas são praticamente os mesmos nas primeiras colocações com a votação invertida, pois como pode ser observado na tabela 7 enquanto que na “A” a “Estrutura Física” tomou a primeira posição, na “B” esta ocupou a segunda colocação dos pontos positivos com 30% trocando o grau de importância para estes associados e a primeira colocação com 33,3% indicando a “Boa localização” como o ponto positivo mais lembrado.

Foram citados também outros pontos positivos pelos associados como: “Campos de futebol/ área de lazer” com 16,7%, “Área verde” com 13,3%, “Serviços prestados/Atendimento do ecônomo” com 6,7%.

Tabela 7 – Pontos Positivos e Pontos Negativos segundo os Associados de “B”

Associação "B" - Associados			
Pontos Positivos	%	Pontos Negativos	%
Boa localização	33,3%	Poucos eventos	56,3%
Instalações/Estrutura	30,0%	Custo/Valores altos para sócios	25,0%
Campos de futebol/área de lazer	16,7%	Estrutura pequena	12,5
Área verde	13,3%	Salão de festas pequeno	6,3%
Serviços prestados/Atendimento do ecônomo	6,7%		

Fonte: Do Autor

Como pontos negativos nas duas primeiras colocações de “B” foram citados “Poucos Eventos” com 56,3% das indicações e “Custo/Valores altos para sócios” com 25,0% das indicações conforme opinião dos Associados. Outras indicações também foram “Estrutura Pequena” com 12,5% e Salão de Festas Pequeno com 6,3% das indicações.

Para a Associação “C” também houve a indicação nas opiniões dos Pontos Positivos dos Associados a “Estrutura Física/ Instalações” com 36,7% na primeira colocação, porém algo que muitas vezes aparece como um ponto negativo o “Baixo custo/preços diferenciados” surge nesta associação com 16,7% das indicações como um ponto positivo, contrariando as demais Associações pois foram considerados como um Ponto Negativo com 10,2% na “A” e 25,0% na “B” conforme tabelas 6 e 7 respectivamente.

Tabela 8 – Pontos Positivos e Pontos Negativos segundo os Associados de “C”

Associação "C" - Associados			
Pontos Positivos	%	Pontos Negativos	%
Estrutura Física /Instalações	36,7%	Distancia	26,7%
Baixo custo/ preços diferenciados	16,7%	O salão é pequeno	20,0%
Eventos muito bem organizados	10,0%	Participação dos sócios nos eventos	20,0%
Organização e Limpeza	10,0%	Não há um Playground/fraldário adequado	6,7%
Outros 1% e 3%	26,7%	A sede é alugada para não sócios	6,7%
		Outros 1 % a 3%	20,0%

Fonte: Do Autor

Para a “C” ainda outros pontos positivos também foram citados pelos associados como: “Eventos muito bem organizados” com 10,0%, “Organização e Limpeza” com 10,0% e “Outros 1 a 3%” (boa localização, campo de futebol, quiosque, etc) com 26,7% no total das indicações.

Após análise das três Associações na questão Pontos Positivos e Negativos se pode perceber que a Estrutura que estas entidades disponibilizam para seus Associados é de suma importância para o Lazer e entretenimento que estes desejam para eles e seus familiares porque nem mesmo a Distância que ficou em primeiro lugar nos pontos negativos com 26,7% é motivo para que conforme tabela 3, 61,5% dos sócios de “C” frequentem a sede “Pelo menos uma vez por mês”, o que demonstra a fidelidade destes sócios à sua sede.

4.7 Fator de Sucesso segundo Opinião dos Associados x Dirigentes

Para poder chegar há alguma conclusão a respeito do objetivo principal desta pesquisa, foi perguntado aos Associados: “Em sua opinião o que pode ser caracterizado como o FATOR DE SUCESSO desta Associação Atlética”. Levando em consideração que os Associados e Dirigentes deveriam enumerar dentre as alternativas que a questão lhes propunha, o fator de sucesso destacado pelos respondentes mostrou-se da seguinte forma:

Tabela 9 – Fator de Sucesso segundo os Associados x Dirigentes

	ASSOCIAÇÕES				
Respostas	A	B	C	Média	Dirigentes
O trabalho desenvolvido pela diretoria da associação;	17,2%	0,0%	16,7%	11,3%	33,3% ³
O Equilíbrio entre as receitas e despesas da associação;	31,0%	30,0%	0,0%	20,3%	33,3% ⁴
A confiança que a diretoria passa aos associados;	17,2%	10,0%	16,7%	14,6%	
Os eventos realizados pela Diretoria da associação atlética;	10,3%	0,0%	25,0%	11,8%	
As instalações físicas (área de lazer) disponibilizadas aos sócios;	17,2%	60,0%	8,3%	28,5%	33,3% ⁵
A participação dos associados nas decisões referentes à associação;	6,9%	0,0%	8,3%	5,1%	
As receitas extras auferidas junto a projetos e eventos;	0,0%	0,0%	16,7%	5,6%	
O aumento do número de sócios;	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
O reconhecimento, por parte dos Associados, do trabalho desenvolvido pela direção;	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	

Fonte: Do Autor

Dentre as várias opiniões dos Associados e Dirigentes demonstradas nas respostas a esta questão, fica claro que apesar de estas Associações serem muito semelhantes determinadas peculiaridades, possivelmente relacionadas a vivência, a cultura organizacional ou até mesmo ao município de origem, podem mostrar motivos distintos pelos quais o Associado ou o Dirigente indicou a sua opinião no que ele considera ser o Fator de Sucesso de sua Associação.

Na “A” por exemplo, foi identificado que o fator de sucesso é “O equilíbrio entre as receitas e despesas da Associação” com 31,0% dos votos indicados pelos Associados o que pode demonstrar a satisfação dos Associados em relação à Administração das receitas e dos bens que esta Associação possui pois uma administração de receitas e despesas reflete em crescimento e melhorias, principalmente em ambientes de lazer.

³ Indicação do Diretor/Administrador da Associação “C”

⁴ Indicação do Diretor/Administrador da Associação “A”

⁵ Indicação do Diretor/Administrador da Associação “B”

Esta opinião não só retratou o que os Associados pensam, mas também o que o Dirigente desta Associação pensa a respeito do Sucesso, mostrando a concordância de opiniões entre direção e Associados e indicando que os sócios estão informados a respeito deste fator e mais, que estes sócios acompanham os investimentos desta Associação. Outra indicação de que o trabalho bem executado dos Dirigentes está evidenciado é que 17,2% dos Associados de “A” acreditam que o fator de sucesso é: “O trabalho desenvolvido pela diretoria da associação” ficando claro o papel dos Dirigentes na condução do negócio, inclusive 17,2% destes sugeriram também a importância de poder confiar em sua Diretoria indicando “A confiança que a diretoria passa aos associados” e ainda 17,2% também acreditam ser “As instalações físicas (área de lazer) disponibilizadas aos sócios” o Fator de sucesso sendo estes os pontos mais significantes nas indicações.

Para a Associação “B”, “As instalações físicas (área de lazer) disponibilizadas aos sócios” recebeu a maior indicação mostrando que 60,0% destes acreditam que suas instalações físicas, representam o fator de maior sucesso, o que demonstra a importância, para sócios, do espaço físico disponível ao lazer, porém outros 30,0% acreditam que “O equilíbrio entre as receitas e despesas da Associação” é o fator de maior sucesso e somente 10% “A confiança que a diretoria passa aos associados” demonstrando para estes sócios que é preciso haver um equilíbrio entre instalações físicas e a administração das receitas e despesas para poder haver um crescimento em sua Associação. Para o Dirigente de “B” o Fator de Sucesso indicado foi de concordância com a maioria de seus sócios, pois este elencou como o fator de Sucesso “As instalações físicas (área de lazer) disponibilizadas aos sócios”.

Já para os Associados de “C” “Os eventos realizados pela Diretoria da associação Atlética” recebeu 25,0% das indicações, o que demonstra a importância, para estes Associados, dos eventos promovidos pela Direção, pois já havia ficado claro anteriormente na figura 7, com 61,5% das afirmações que são organizados mais de 2 eventos ao ano aos Associados e que estes o consideram como um dos Fatores de Sucesso desta entidade. “A confiança que a diretoria passa aos associados” surgiu com 16,7% e “ “O trabalho desenvolvido pela diretoria da associação” 16,7% das indicações demonstrando a importância do trabalho desenvolvido pelos Dirigentes na condução desta Associação. O Dirigente desta

Associação elencou como fator de Sucesso “O trabalho desenvolvido pela diretoria da associação” indicando a concordância com os seus sócios e também que é de fundamental importância para sua Associação o trabalho sério que deve ser desenvolvido para poder se chegar ao sucesso.

Analisando através de uma média se verifica que os fatores de Sucesso de um modo geral preponderante nas Associações são: “As instalações físicas (área de lazer) disponibilizadas aos sócios” com 28,5% combinado com o “O equilíbrio entre as receitas e despesas da Associação” com 25,9% como o segundo ponto mais citado entre estes, o que demonstra que é preciso que haja um controle eficiente e eficaz para que com o equilíbrio das receitas e despesas se possa investir, nestes casos, em suas instalações físicas (área de lazer) para, com isso, fidelizar a participação e talvez com isso alcançar novos sócios.

Neste caso não foi somente o Fator de Sucesso que foi analisado, abaixo foram tabuladas as respostas em relação a mesma questão, consideradas menos importantes para o Sucesso destas Associações segundo sócios e seus Dirigentes.

A tabela 10 a seguir demonstra como foram as indicações referentes a esta questão:

Tabela 10 - Fator de Sucesso menos importante – Associados x Dirigentes

Respostas	ASSOCIAÇÕES			Diretores
	A	B	C	
O trabalho desenvolvido pela diretoria da associação;	0,0%	0,0%	8,3%	0,0%
O Equilíbrio entre as receitas e despesas da associação;	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
A confiança que a diretoria passa aos associados;	0,0%	0,0%	8,3%	0,0%
Os eventos realizados pela Diretoria da associação atlética;	6,9%	0,0%	8,3%	0,0%
As instalações físicas (área de lazer) disponibilizadas aos sócios;	6,9%	0,0%	0,0%	0,0%
A participação dos associados nas decisões referentes a associação;	41,4%	10,0%	0,0%	33,3% ⁶
As receitas extras auferidas junto a projetos e eventos;	34,5%	50,0%	66,7%	0,0%
O aumento do número de sócios;	3,4%	0,0%	0,0%	33,3% ⁷
O reconhecimento, por parte dos Associados, do trabalho desenvolvido pela direção;	6,9%	40,0%	8,3%	33,3% ⁸

Fonte: Do Autor

Segundo indicações apontadas pelos Associados de “A” o Fator de Sucesso que foi considerado o menos importante foi: “A participação dos associados nas decisões referentes à Associação” com 41,4% dos votos indicando que para estes Associados, participar das decisões não é tão importante, ou não se faz necessário pelo fato de a Diretoria já estar desenvolvendo um trabalho a contento como visto anteriormente. O segundo Fator mais indicado foi: “As receitas extras auferidas junto a projetos e eventos” com 34,5%. Este fato demonstra que os sócios não consideram tão importante para o Sucesso este Fator, porém um exemplo de receita extra que poderia se conseguir é através da Lei de incentivo ao Esporte citado neste trabalho no subcapítulo 2.3 que trata de incentivos ao esporte, Lei esta que pode proporcionar receitas extras segundo alguns critérios pré-estabelecidos e se previsto em estatuto da Associação a finalidade esportiva.

Os Associados de “B” também não consideram como um Fator de Sucesso determinante ou importante “As receitas extras auferidas junto a projetos e eventos”, pois obteve 50,0% dos votos sendo que o Dirigente considerou como menos

⁶ Votação do Dirigente da Associação “A”

⁷ Votação do Dirigente da Associação “C”

⁸ Votação do Dirigente da Associação “B”

importante: “O reconhecimento, por parte dos Associados, do trabalho desenvolvido pela direção” podendo ser levado em consideração que esta Associação possui participação dos Associados, segundo o Diretor, na promoção de eventos contribuindo com sugestões como citado pelo Diretor no subitem 4.2 Retorno dos Diretores/Administradores.

Segundo a opinião dos Associados de “C” “As receitas extras auferidas junto a projetos e eventos” com 66,7% foi considerado o de menor importância para o Sucesso da Associação, as demais questões que tiveram pontuação receberam 8,3% dos votos indicando uma alternância nas respostas e afirmando pela maioria que as receitas provenientes de outras fontes nem sempre são relevantes.

Considerando estes Fatores citados é possível afirmar que todos indicados como os de menor importância são também muito relevantes para o sucesso destas Organizações, porém aqui se buscou destacar qual seria o de maior criticidade para afirmar que tal Fator de Sucesso na organização é o de maior relevância para o seu sucesso e continuidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi: “Desenvolver e aplicar uma pesquisa para entender quais os Fatores de Sucesso das Associações Atléticas do Vale do Taquari identificando as os pontos mais relevantes”. Junto a este estudo, porém, foi traçado um comparativo entre as Associações, buscando semelhanças em relação ao que se desenvolve no ambiente destas entidades. Diante do proposto, foi analisado através de uma ferramenta de pesquisa chamada questionário, três Associações Atléticas de dois municípios do Vale do Taquari, sendo duas destas da cidade de Estrela e uma da cidade de Teutônia.

As respostas indicadas pelos Diretores/Administradores trouxeram algumas constatações em relação à similaridade das Associações analisadas e traçando o perfil destas constatou-se que: na questão do porte, como visto anteriormente, o número de sócios é muito parecido nas três entidades: “A” com 240 a “B” com 210 e a “C” com 238. As três possuem sede física com ecônomo, que é contratado como empresa terceirizada sem vínculo empregatício, o que em minha opinião, é um excelente negócio, pois desobriga a entidade ao recolhimento do PIS sobre a folha de pagamento como tratado no subitem 2.2.2.3.2 Escrituração Contábil Fiscal do presente trabalho. Duas entidades estão registradas a mais de 5 anos e uma, com até cinco anos de registro conforme indicado pelos Diretores, evidenciando que já há uma experiência em algumas questões como administração, lazer, organização de eventos, administração participativa, entre outros.

Alguns fatos em relação à diretoria se tornaram curiosos, pois a Associação “B” que possui mais tempo de registro, 50 anos, tem o Diretor/Administrador mais

novo na função, enquanto que nas outras duas eles estão a pelo menos cinco anos a frente destas Associações. Através deste fato compreende-se que a renovação da diretoria pode ser uma estratégia desta entidade ou que não haja outros sócios interessados em assumir a Direção por tanto tempo, assim como nas outras entidades a estratégia pode ser manter os Diretores por mais tempo frente à organização. Neste ponto sugere-se observar um meio termo em relação ao tempo de Gestão, pois é interessante manter um equilíbrio entre a renovação e a manutenção do Gestor para que isso possibilite tanto a geração de novas propostas assim como o maior tempo para que seja possível transformar projetos em ação.

Foi constatado que a participação dos sócios na organização de eventos se mostrou importante para a Diretoria, principalmente no caso da Associação “B”, em que a Diretoria confirmou este fato e, conforme análise foi demonstrada que a frequência da organização de eventos foi bastante indicada, pois ocorrem “Mais de duas vezes ao ano” e por consequência reflete diretamente em uma maior frequência à sede com 50,0% de seus sócios indo à sede pelo menos uma vez nos últimos 30 dias. O contrário ocorre na “A” em que, segundo a Diretoria, os sócios não opinam na organização de eventos sendo este fator refletido na baixa organização de eventos com a indicação “Uma vez ao ano” pelos sócios com 34,5% e uma baixíssima frequência à sede com o indicativo de 42,9% dizendo que “A mais de um mês eu não frequento a Associação”, o que em minha opinião é reflexo de uma baixa organização de eventos. Já para a “C” a questão participação dos sócios na organização de eventos “parece” não ter influência direta como demonstrado na análise feita em relação à frequência de eventos promovidos, pois foi indicado que “Mais de duas vezes por ano” são organizados eventos na sede e a frequência à sede com a indicação “Pelo menos uma vez por mês” foi estabelecida em 61,5% das indicações. Pode-se concluir que a organização de eventos é um dos Fatores de Sucesso para estas organizações, pois ficou estabelecido que se faz necessário uma maior atenção neste quesito para que haja uma maior frequência às Associações por parte de seus Associados.

O Fator tempo de casa estabelecido entre os Associados destas Associações ficou acima dos seis anos para a grande maioria dos sócios das três Associações atingindo uma média de 66,6% no geral sendo este um dos motivos que leva a crer

que estas Organizações são entidades de sucesso fidelizando as pessoas como sócias por muito tempo, porém acredito que as Associações devam buscar a melhoria continuamente fazendo-se necessário também que estas atinjam novos Associados para que estas possam se perpetuar enquanto organização.

Constatou-se em outra análise que em relação ao Lazer proporcionado aos sócios, tanto os Associados quanto a Diretoria consideram como o Fator de Sucesso o fato de estas entidades possuírem “Instalações físicas que suprem a necessidade dos seus sócios” mostrando que, além da importância destas instalações para a convivência e para o lazer destes Associados, foi possível verificar também que as receitas e despesas administradas por estas Diretorias estão sendo bem administradas refletindo em investimentos nas suas sedes. Surgem nesta análise outros Fatores relevantes na questão Lazer que, na indicação de alguns sócios, podem ser considerados de Sucesso, pois andam em paralelo com a questão “Instalações físicas”, já que para duas entidades, a “A” e a “B”, foi relevante como segunda colocação: “A Associação é muito bem localizada e de fácil acesso”, pois este fato também tem influência direta na frequência à sede. Outros Fatores não menos relevantes nesta questão, mas menos indicados pelos sócios foram: a promoção de eventos já mencionados anteriormente e a confiança que a Diretoria transparece aos Associados demonstrando organização e boa estrutura.

Na análise dos pontos positivos e negativos surge como positivo com o maior número de indicações a estrutura física e a boa localização, sendo estes, pontos importantes a serem observados em uma Administração que pretende obter o Sucesso na sua Gestão. Como pontos negativos deve-se ter atenção para o fator eventos onde surge em primeiro lugar os poucos eventos organizados, principalmente pelas entidades “A” e “B” onde este fato foi o mais citado. Como sugestão de progresso recomenda-se a melhoria nesta questão inclusive com o auxílio de um profissional da Educação Física ou até mesmo um profissional da saúde, dependendo do tipo de evento a ser organizado, pois a satisfação dos Associados é de grande relevância para a manutenção destas Associações enquanto organizações.

Por fim, pode-se concluir que em organizações de Sucesso como estas é preciso que sejam observados vários pontos como: as receitas e despesas

administradas, a frequência de eventos realizados, a frequência dos Associados à sede, as suas instalações físicas (área de lazer), a gestão de forma participativa, a boa localização, a interação entre os Associados e a Diretoria para que além de manter uma aproximação entre ambos, se possa entender o que é possível realizar e o que é realmente importante para os sócios.

Desta forma, entende-se que é possível obter e manter o SUCESSO das entidades de forma sustentável e principalmente que a entidade atinja seu propósito de existência.

REFERENCIAS

ANDRADE, Álvaro Pereira de et al. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 2ª ed. reimpr. – Brasília. 2008.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor**. 1ª edição. Editora Atlas, 2006.

BEUREN, Ilse Maria (Org) et al. **Como elaborar Trabalhos monográficos em Contabilidade**. Teoria e Prática. 3ª edição. Editora Atlas, 2006.

BRAMANTE, Antonio Carlos. **Recreação e Lazer: concepções e significados**. Disponível em: <<http://www.clubedarecreacao.com.br/wp-content/uploads/2014/05/010-Recreacao-e-Lazer-Artigo-BRAMANTE.pdf>> Acesso em: 20 de Julho de 2015.

BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade, Resolução nº 1409 de 21 de Setembro de 2012. **ITG 2002, Entidades Sem Finalidade de Lucros**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001409>. Acesso em: 17 de Maio de 2015.

BRASIL, **Medida Provisória** nº 2.158-35/01. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2158-35.htm>. Acesso em: 23 de Maio de 2015.

BRASIL, Receita Federal. Instrução Normativa nº 1422 de 19 de Dezembro de 2013. **Escrituração Contábil Fiscal – ECF**. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAtivo=48711>>. Acesso em 20 de Maio de 2015.

BRASIL, Receita Federal. Instrução Normativa nº 1524 de 08 de Dezembro de 2014. **Escrituração Fiscal Digital – EFD**. Disponível em: <<http://www18.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2012/in12522012.htm>>. Acesso em 23 de Maio de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 12 de Abr. 2015.

BREDA, Zulmir (coord). **Manual de Incentivos Fiscais**. Para Investimentos Sociais, Culturais, Desportivos e na Saúde. 6ª edição. 2013. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_incentivos.pdf>. Acesso em 13 de Jun. de 2015.

CARVALHO, Cristiano; PEIXOTO, Marcelo Magalhães. **Aspectos Jurídicos do Terceiro Setor**. Editora IOB Thoson, 2005.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 2. ed. Lajeado: Univates, 2012. E-book. Disponível em: <<http://www.univates.br>>. Acesso em: 16 de Maio de 2015.

DECICINO, Ronaldo. **Terceiro Setor: ONGS, fundações e outras entidades empregam 20 milhões de pessoas**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/terceiro-setor-ongs-fundacoes-e-outras-entidades-empregam-20-milhoes-de-pessoas.htm>>. Acesso em: 10 de Abr. de 2015.

DELGADO, Maria Viviane Monteiro. **O Terceiro Setor no Brasil: Uma visão Histórica**. Revista Espaço Acadêmico nº 37, junho de 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/37cdelgado.htm>> Acesso em: 10 de Abr. de 2015.

DRUCKER, Peter F. **Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos – Princípios e Práticas**. 4ª edição 1997.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, Jose Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução a Teoria da Contabilidade** - Para o Nível de Graduação. 5ª Ed, Editora Atlas. 2009.

Lei de incentivo ao esporte. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/leilncentivoEsporte/cartilhaGrafica.jsp>>. Acesso em: 13 de Jun. de 2015.

LINS, José Pessoa (2005). AMORIM, Eduardo (Rev. 2009) Portal SEFAZ de Pernambuco, Escola Fazendária, Unidade de Educação a Distância **Conceitos Básicos de Contabilidade**. Disponível em: <[https://portalesafaz.sefaz.pe.gov.br/moodle/cursos/Conceito Contabilidade atual/a postila/Apostila%20de%20Contabilidade.pdf](https://portalesafaz.sefaz.pe.gov.br/moodle/cursos/Conceito%20Contabilidade%20Atual/a%20postila/Apostila%20de%20Contabilidade.pdf)>. Acesso em: 12 Abr. de 2015.

MAGNUS, Cristina de Oliveira. **Controle Interno financeiro em uma entidade sem fins lucrativos**. Monografia apresentada para a obtenção do grau em Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ano 2007 (texto digital).

MARE, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Organizações Sociais**. 5ª edição, Brasília, Distrito Federal, 1998. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno02.PDF>. Acesso em: 10 Abr. de 2015.

MONELLO, Sergio Roberto. **As Organizações Religiosas e o Código Civil Brasileiro**. Disponível em: <http://www.advocaciasergiomonello.com.br/SitesTerceiros/Adv_Sergio_monello2/index.php/component/content/article/10-noticias-artigos/16-as-organizacoes-religiosas-e-o-codigo-civil-brasileiro>. Acesso em: 15 de Abr. de 2015.

MONSER, Neusa Terezinha Ballardin et al. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – **Terceiro Setor: Guia de Orientação para o Profissional da Contabilidade** – DEZ 2011. Comissão de Estudos do Terceiro Setor do CRC-RS (2010/2011) Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf?2cd7ae> Acesso em: 03 de Abr. de 2015.

MORAIS, Roberto Rodrigues de. **Terceiro Setor tem várias obrigações Contábeis e Tributárias em 2015**. Publicado em 25/02/2015. Disponível em: <<http://www.ieprev.com.br/conteudo/id/37092/t/terceiro-setor-tem-varias-obrigacoes-contabeis-e-tributarias-em-2015>>. Acesso em: 23 de Maio de 2015.

Obrigação tributária - **Direito e Leis**. De 19 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.direitoeleis.com.br/index.php?title=Obrigação_tributária&oldid=2224>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas**. Trabalhista, Previdenciária, Contábil e Fiscal. 3º Ed, Editora Atlas. 2011.

OLIVEIRA, Cássia de. MONELLO, Marcelo. **Os Principais Aspectos da Resolução CFC nº 1409/12. ITG 2002** – Entidade Sem Finalidade de Lucros. Disponível em: <<http://www.crc.org.br/eventos/arquivos/OsPrincipaisAspectosdaRESOLUCAOCFC.pdf>>. Acesso em: 15 de Maio de 2015.

PEYON, Luiz Francisco; **Gestão Contábil para o Terceiro Setor**, Livraria Freitas Bastos Editora, 2004.

POGETTI, Donata. **A Pirâmide de Kelsen**. Disponível em: <<http://www.equilibrecursos.net/a-piramide-de-kelsen/>>. Acesso em: 01 de Maio de 2015.

PORTAL de Educação. **O Conceito de Contabilidade**. De 10 de Abril de 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/42993/o-conceito-de-contabilidade>>. Acesso em: 20 de Abr. de 2015.

SCHEUNEMANN, Arno Vorpapel; RHEINHEIMER, Ivone. **Administração do Terceiro Setor**, 1ª Ed, 2013, e-book. Disponível em: <<http://www.univates.br>>. Acesso: 23 de Maio de 2015.

SILVA, Arcênio Rodrigues da. **Fundação de Direito Privado: Instituição, Dotação e Estatutos Sociais.** Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2837>. Acesso em: 12 de Abr. de 2015.

TERCEIRO Setor. **O que é Terceiro Setor.** Disponível em: <http://terceiro-setor.info/mos/view/O_que_%C3%A9_Terceiro_Setor_/>. Acesso em: 16 Abr. de 2015.

UNIVATES, Centro Universitário. **Vale do Taquari.** Disponível em: <<http://www.univates.br/institucional/vale-do-taquari>>. Acesso em 10 de Jun. de 2015.

WEISHEIMER, Sandro Roberto. **Propostas de Gestão para entidades de caridade sem fins lucrativos** – Monografia apresentada para a obtenção do grau em Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Univates. Nov. de 2005.

YOUNG, Lucia Helena; **Entidade Sem Fins Lucrativos, Imunidade e Isenção Tributária**, 5ª Ed, 2009.

ZANLUCA, Julio César. **A Contabilidade do Terceiro Setor.** Portal de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/terceirosetor.htm>>. Acesso em: 20 de Abr. de 2015.

APENDICES

APENDICE A - QUESTIONARIO DIRETORIA: OS FATORES CRITICOS DE SUCESSO DAS ASSOCIAÇÕES ATLETICAS DO VALE DO TAQUARI

Você foi convidado para participar da pesquisa de nome: "Os Fatores Críticos de sucesso de Associações Atléticas do Vale do Taquari".

Esta pesquisa elaborada por Juliano Bohrer da Rosa é parte do trabalho de conclusão para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Univates e tem como objetivo verificar quais os fatores que determinam o sucesso ou o insucesso em uma Associação Atlética. É importante enfatizar que será preservada, em sigilo, a identificação de sua Associação, pois se trata de uma pesquisa que visa obter dados que serão avaliados conjuntamente com as demais Associações equiparadas a sua e não de forma individual.

Para participar, por favor, responda o questionário abaixo:

- 1- Como você assumiu a direção desta Associação Atlética:
 - a) Por indicação;
 - b) Por eleição em uma assembleia;
 - c) Por delegação.
- 2- Há quanto tempo você está na direção desta Associação Atlética:
 - a) Há menos de 1 (um) ano;

- b) De 1 (um) ano até 3 (três) anos;
- c) De 3 (três) anos até 5 (cinco) anos;
- d) Mais de 5 (cinco) anos.

3- Quantos associados a sua Associação Atlética possui?

4- A sua Associação possui registro junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, na Receita Federal (para obtenção do CNPJ) e registro junto a Prefeitura Municipal (alvará de funcionamento)?

- a) Não;
- b) Não tenho conhecimento;
- c) Sim está registrada, mas não tenho conhecimento dos locais de registro;
- d) Sim ela está devidamente registrada.

5- Se a resposta anterior for a letra “c” ou “d” responda: Ha quanto tempo a sua Associação está registrada.

- a) Há menos de 1 (um) ano;
- b) De 1 (um) a 3 (três) anos;
- c) De 3 (três) a 5 (cinco) anos;
- d) Há mais de 5 (cinco) anos. Especificar _____

6- A sua Associação Atlética possui uma sede física (área de lazer) estruturada com salão de festas ou campo de futebol ou outros espaços para os seus associados?

- a) Não;
- b) Sim, uma pequena estrutura;
- c) Sim, uma estrutura muito boa.

7- Caso a resposta à pergunta número cinco (5) seja a letra “b” ou “c” indique dentre as razões abaixo qual FATOR você considera o de MAIOR SUCESSO na questão LAZER para os seus associados.

- a) A Associação é muito bem localizada e de fácil acesso;
- b) A Associação possui instalações físicas que suprem a necessidade dos seus sócios;

- c) A Associação promove eventos que superam as expectativas dos seus associados;
 - d) A Associação tem uma administração bem estruturada e responsável para com os seus associados.
- 8- Se a resposta à pergunta número 5 (cinco) for letra “c” ou “d” responda: Este espaço físico (área de lazer) é próprio ou alugado?
- a) A área é alugada;
 - b) A área é própria.
- 9- Em relação a sua área de lazer (se possuir): Há quanto tempo a sua Associação possui este espaço físico?
- a) Menos de 1 (um) ano;
 - b) De 1 (um) a 3 (três) anos;
 - c) De 3 (três) a 5 (cinco) anos;
 - d) Mais de 5 (cinco) anos.
- 10-A sua Associação possui economato? Ele é um funcionário da Associação ou um terceirizado?
- a) Não possui economato;
 - b) Sim possui e é funcionário da Associação;
 - c) Sim possui, mas é uma empresa terceirizada com contrato de prestação de serviços.
- 11- Como você avalia os serviços prestados pelo economato (se possuir) da sua Associação?
- a) Ruim;
 - b) Bom;
 - c) Muito bom;
 - d) Excelente.
- 12-A diretoria organiza alguma promoção/evento para os seus associados?
- a) Sim;
 - b) Não;
 - c) Uma vez ao ano;
 - d) Duas vezes ao ano;

e) Mais de 2 (duas) vezes por ano.

13- Se a resposta para a pergunta de número onze (11) for a alternativa “a”, “c”, “d” ou “e” responda: De que forma você percebe que os sócios reagem às promoções organizadas pela diretoria?

- a) Participam com sugestões e ideias;
- b) Apenas participam das promoções/eventos;
- c) Não participam/não se envolvem;
- d) Não gostam de promoções.

14- Os associados participam ou indicam a sua opinião na organização de promoções/eventos promovidos pela diretoria?

- a) Nunca;
- b) Poucas vezes
- c) Muitas vezes
- d) Sempre

15- Cite os três pontos mais positivos da sua Associação:

16- Cite os três pontos mais negativos da sua Associação:

17- Como a diretoria da sua Associação classifica o lazer proporcionado aos seus associados:

- a) Regular;
- b) Bom;
- c) Muito Bom;

d) Excelente.

18- A sua Associação possui algum tipo registro financeiro das suas receitas/despesas mensais? Como ele é feito?

- a) Não possuímos nenhum registro;
- b) Sim possuímos e ele é feito apenas com anotações em um caderno;
- c) Sim possuímos e ele é feito através de livro caixa;
- d) Sim possuímos e os registros são muito rígidos, feitos inclusive através de software.

19- Em sua opinião o que pode ser caracterizado como o FATOR DE SUCESSO desta Associação (enumere as opções com os números de um (1), sendo esta a nota de maior importância até nove (9), sendo esta a de menor importância. Por favor, NÃO REPITA a numeração):

- () O trabalho desenvolvido pela diretoria da associação;
- () O Equilíbrio entre as receitas e despesas da associação;
- () A confiança que a diretoria passa aos associados;
- () Os eventos realizados pela Diretoria da associação atlética;
- () As instalações físicas (área de lazer) disponibilizadas aos sócios;
- () O aumento do número de sócios;
- () As receitas extras auferidas junto a projetos e eventos;
- () A participação dos associados nas decisões referentes a associação;
- () O reconhecimento, por parte dos Associados, do trabalho desenvolvido pela direção;

20- Você conhece a Lei nº 11438/2006 – Lei de incentivo ao Desporto? Você sabe que sua associação pode conseguir verbas oriundas de incentivos fiscais proporcionadas através desta lei?

- a) Sim conheço;
- b) Não nunca ouviu falar;
- c) Sim conheço, mas nunca encaminhamos nenhum projeto;

d) Sim, já temos um projeto aprovado e que nos dá suporte.

21- A Associação possui algum escritório de Contabilidade que lhe oferece apoio para questões como controle de patrimônio, controle de livro caixa (receitas e despesas) e contas bancárias?

a) Nenhum escritório nos auxilia;

b) Não, o controle das receitas/despesas e conta bancária é feito por um integrante da diretoria;

c) Sim, um escritório nos auxilia com as questões financeiras e patrimoniais;

d) Sim, um escritório nos auxilia somente com questões relacionadas a declarações como a Declaração de Débitos e Créditos Federais-DCTF.

APENDICE B - QUESTIONARIO ASSOCIADOS: OS FATORES CRITICOS DE SUCESSO DAS ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS DO VALE DO TAQUARI

Esta pesquisa elaborada por Juliano Bohrer da Rosa é parte do trabalho de conclusão para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Univates e tem como objetivo verificar quais os fatores que determinam o sucesso ou o insucesso em uma Associação Atlética. É importante enfatizar que será preservada, em sigilo, a identificação de sua Associação, pois se trata de uma pesquisa que visa obter dados que serão avaliados conjuntamente com as demais Associações equiparadas a sua e não de forma individual.

Para participar, por favor, responda o questionário abaixo:

1- Há quanto tempo você é associado desta Associação Atlética:

a) Há menos de 2 (dois) anos;

b) De 2 (dois) anos até 4 (quatro) anos;

c) De 4 (quatro) anos até 6 (seis) anos;

d) Mais de 6 (seis) anos.

2- Com que frequência você vai a sua Associação Atlética:

a) Pelo menos uma vez por semana;

b) Frequentei a Associação pelo menos uma vez nos últimos 30 dias;

- c) Pelo menos uma vez por semana;
 - d) Há mais de uma mês eu não frequento a Associação;
- 3- A sua Associação Atlética possui uma sede física (área de lazer) estruturada com salão de festas ou campo de futebol ou outros espaços para os seus associados?
- d) Não;
 - e) Sim, uma pequena estrutura;
 - f) Sim, uma estrutura muito boa.
- 4- Se sua Associação possui uma sede física indique dentre as razões abaixo qual FATOR você considera o de MAIOR SUCESSO na questão LAZER para os seus associados.
- e) A Associação é muito bem localizada e de fácil acesso;
 - f) A Associação possui instalações físicas que suprem a necessidade dos seus sócios;
 - g) A Associação promove eventos que superam as expectativas dos seus associados;
 - h) A Associação tem uma administração bem estruturada e responsável para com os seus associados.
- 5- Se sua Associação possui uma sede física responda: Este espaço físico (área de lazer) é próprio ou alugado?
- c) A área é alugada;
 - d) A área é própria.
- 6- Em relação a sua área de lazer (se possuir): Há quanto tempo a sua Associação possui este espaço físico?
- e) Menos de 1 (um) ano;
 - f) De 1 (um) a 3 (três) anos;
 - g) De 3 (três) a 5 (cinco) anos;
 - h) Mais de 5 (cinco) anos.
- 7- Na maioria das vezes que esteve na sede da Associação como você classificaria a sua experiência de lazer vivida naquele ambiente?
- a) Ruim;

- b) Boa;
 - c) Muito boa;
 - d) Excelente;
- 8- A sua Associação possui economato? Ele é um funcionário da Associação ou um terceirizado?
- d) Não possui economato;
 - e) Sim possui e é funcionário da Associação;
 - f) Sim possui, mas é uma empresa terceirizada com contrato de prestação de serviços.
- 9- Como você avalia os serviços prestados pelo economato (se possuir) da sua Associação?
- e) Ruim;
 - f) Bom;
 - g) Muito bom.
 - h) Excelente.
- 10-O que você considera que poderia ser melhorado no atendimento do ecônomo de sua sede:
- a) Poderia melhorar o atendimento aos Associados;
 - b) Poderia melhorar os preços cobrados;
 - c) Poderia melhorar a limpeza dos ambientes;
 - d) Poderia organizar algum evento para atrair um maior movimento à Associação.
- 11-A diretoria organiza alguma promoção/evento para os associados?
- f) Sim;
 - g) Não;
 - h) Uma vez ao ano;
 - i) Duas vezes ao ano;
 - j) Mais de 2 (duas) vezes por ano.
- 12- De que forma você percebe que os sócios reagem às promoções organizadas pela diretoria?
- e) Participam com sugestões e ideias;

- f) Apenas participam das promoções/eventos;
- g) Não participam/não se envolvem;
- h) Não gostam de promoções/eventos;
- i) Gostariam de mais promoções/eventos.

13- Os associados participam ou indicam a sua opinião na organização de promoções/eventos promovidos pela diretoria?

- a. Nunca participam;
- b. Quase nunca participam;
- c. Poucas vezes participam;
- d. Muitas vezes participam;
- e. Sempre participam.

14- Cite os três pontos mais positivos da sua Associação:

15- Cite os três pontos mais negativos da sua Associação:

16- Como você classifica o lazer proporcionado por sua Associação aos associados:

- e) Regular;
- f) Bom;
- g) Muito Bom;
- h) Excelente.

17- Como você considera que os registros financeiros, receitas e despesas mensais são administradas pela diretoria?

- e) Não são bem administrados;
- f) Poderiam ser melhor administrados;
- g) São bem administrados;
- h) São muito bem administrados;
- i) São muito bem administrados, pois vemos a Associação sempre evoluindo.

18- No seu entendimento, a **diretoria atual** da sua Associação costuma atuar mais frequentemente de que forma:

- a) Participativa procurando ouvir os desejos e as opiniões dos associados;
- b) Centralizada com base apenas no ponto de vista de seus diretores;
- c) Individualizada com base apenas nas ideias do presidente da Associação.

19- Em sua opinião o que pode ser caracterizado como o FATOR DE SUCESSO desta Associação Atlética (enumere as opções com os números de um (1), sendo esta a nota de maior importância até nove (9), sendo esta a de menor importância. Por favor, NÃO REPITA a numeração):

- () O trabalho desenvolvido pela diretoria da associação;
- () O Equilíbrio entre as receitas e despesas da associação;
- () A confiança que a diretoria passa aos associados;
- () Os eventos realizados pela Diretoria da associação atlética;
- () As instalações físicas (área de lazer) disponibilizadas aos sócios;
- () O aumento do número de sócios;
- () As receitas extras auferidas junto a projetos e eventos;
- () A participação dos associados nas decisões referentes a associação;
- () O reconhecimento, por parte dos Associados, do trabalho desenvolvido pela direção;